

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLA RICCI

**PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO:
A INSERÇÃO PÚBLICA DA MULHER NO IRÃ DO SÉCULO XX**

Santana do Livramento

2014

CARLA RICCI

**PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO:
A INSERÇÃO PÚBLICA DA MULHER NO IRÃ DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

Santana do Livramento

2014

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Ricci, Carla.

Perspectivas sobre gênero: a inserção pública da mulher no Irã no século XX/
Carla Ricci. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2014.
xii, 62f. : 5 il. ; 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa,
Bacharelado em Relações Internacionais, 2014.

1. Gênero e Relações Internacionais. 2. Irã. 3. Islamismo. 4. Pós-colonialismo. 5.
República Islâmica. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade
Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações
Internacionais, 2014. III. Perspectivas sobre gênero: a inserção pública da mulher
no Irã do século XX.

CDD: 327.55

CARLA RICCI

**PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO:
A INSERÇÃO PÚBLICA DA MULHER NO IRÃ DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18 de Agosto de 2014.
Banca examinadora

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Flávio Augusto Lira Nascimento
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Rafael Balardim
(UNIPAMPA)

Aos meus pais e à minha irmã,
com todo meu amor e dedicação.

AGRADECIMENTO

Durante os quatro últimos anos, a cidade de Santana do Livramento e a UNIPAMPA me proporcionaram grandes experiências e me introduziram a um mundo completamente distinto do que eu até então havia vivido. Em meio a tantos bons momentos da graduação e a tantos outros não tão bons, eu tive a sorte de contar com pessoas extraordinárias, as quais, além de estarem eternizadas em meu coração, estão registradas em meus agradecimentos:

Aos meus pais, grandes e admiráveis exemplos de determinação e humildade. Agradeço-lhes por driblarem, junto comigo, toda a distância e a saudade desses quatro anos e nunca hesitarem em proporcionar-me todo o apoio e incentivo para concluir esse processo. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por tantas outras mil coisas que me fazem ter tanto orgulho de vocês.

À minha irmã, amiga e confidente, que desde sempre tem sido minha grande referência.

Ao meu orientador, Prof. Renatho Costa, que, além de aceitar a tarefa de conduzir-me na construção desse trabalho e desempenhá-la de maneira grandiosa, foi o responsável por proporcionar-me as experiências acadêmicas mais intensas e desafiadoras da graduação, com destaque para o instigante e inesquecível muro.

Aos grandes e ilustres docentes do curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA, que nunca mediram esforços para a construção e o desenvolvimento de um curso de alta qualidade e reconhecimento.

Agradeço em especial aos inesquecíveis professores, Anna Carletti, Fábio Bento, Flávio Lira, Kamilla Rizzi, Rafael Balardim e Renatho Costa, os quais foram imprescindíveis para o meu processo de amadurecimento na universidade, e muito além de professores foram mais de uma vez bons ouvintes e conselheiros.

Aos meus amados colegas da graduação e da vida, que construíram junto comigo uma experiência memorável e extremamente proveitosa nesses quatro anos. Agradeço-lhes por serem, mais do que colegas e amigos, a minha família Livramento.

Às comissões organizadoras do III Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais e do IV Festival Sul-Americano da Cultura Árabe (Livramento-Rivera), pelos construtivos, tensos, divertidos e desafiantes momentos que compartilhamos na execução desses dois memoráveis eventos.

Ao Rodrigo Duque Estrada, pelos maravilhosos anos que compartilhamos e por todo o incentivo e credibilidade que depositou em mim durante essa trajetória. Agradeço-lhe por ser

tão grande amigo e aconselhador, sendo um dos principais responsáveis por essa e tantas outras conquistas.

Por fim, agradeço imensamente aos professores, técnicos, servidores e alunos da UNIPAMPA pela fraternal acolhida nesses quatro anos e por fazerem da UNIPAMPA uma universidade cada dia mais qualificada e estimada.

*“Não me adaptarei ao mundo.
Me adapto a mim mesma.”*

Anaïs Nin

RESUMO

Os debates sobre gênero inseriram-se timidamente no campo de estudo das Relações Internacionais no final da década de 1980 e hoje ocupam um importante espaço na agenda política internacional. No decorrer dos anos, a arena das relações internacionais tem ampliado seus temas de interesse, trazendo aos foros multilaterais discussões de níveis societal e individual, que vão além do protagonismo do Estado como ator internacional. As questões de gênero, inseridas na lógica da ampliação dos debates de política internacional, tornaram-se frequentes na pauta das organizações internacionais e não-governamentais, e, conseqüentemente, mais presentes nas relações interestatais. Nos últimos anos, portanto, a pressão para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao aumento da participação pública das mulheres pelos Estados tornou-se corriqueira na arena internacional. Os temas de gênero, dentro do discurso democrático ocidental, geraram constrangimentos diretamente aos países que habitam fora da órbita ocidental, notoriamente aos países islâmicos, considerados exemplos máximos de opressão feminina. O estabelecimento da República Islâmica do Irã colocou esse país no centro das críticas ocidentais, haja vista que, além de seguir um modelo de governo totalmente oposto ao ideal ocidental, fomentou o nacionalismo iraniano e tornou os interesses ocidentais na região mais difíceis de serem alcançados. A instauração de um governo teocrático no Irã deu abertura para que o Ocidente direcionasse suas críticas às relações sociais entre homens e mulheres, alegando a condição de subalternidade que o Islamismo impunha sobre as iranianas. A subalternidade a que se faz referência, no entanto, não é característica exclusiva das sociedades islâmicas ou orientais, no Ocidente essa condição também é uma realidade, embora em dinâmicas diferentes. O Islamismo, apesar de surgir como o elemento propulsor e responsável por assegurar as relações de gênero desiguais que se reproduzem no Irã, dá lugar, na presente pesquisa, a outro elemento considerado de maior impacto para a reificação desse cenário: a construção social da civilização iraniana. À diferença da concepção ocidental, o presente trabalho rechaça a ideia de que o modelo de governo ocidental é o caminho para o fim da subordinação feminina iraniana e que o Islamismo é a fonte da marginalização das mulheres no Irã, e considera, acima de qualquer outro fator, o impacto das tradições patriarcais persas no pensamento contemporâneo iraniano para a compreensão dessa conjuntura.

Palavras-chave: Gênero e Relações Internacionais. Islamismo. Irã. Pós-colonialismo. República Islâmica.

ABSTRACT

Gender debates timidly entered the field of International Relations in the late 1980s and currently occupies an important position in the international political agenda. Throughout the years, the international relations arena has broadened its issues of interest, bringing to the multilateral forums discussions of the societal and individual levels, which go beyond the protagonism of the state as an international actor. Gender issues, inserted in the logic of expansion of international political debates, became frequent in the agenda of international and non-governmental organizations, and, consequently, more present in interstate relations. In recent years, therefore, the pressure for the development of public policies designed to increase public participation of women by states became something ordinary in the international arena. Gender issues, within the Western democratic discourse, generate constraints directly to countries that live outside the Western orbit, especially to Islamic countries, considered the largest examples of female oppression. The establishment of the Islamic Republic of Iran has placed this country in the center of Western criticism, given that in addition to following a model of government completely opposite to the Western ideal, it encouraged Iranian nationalism and made Western interests in the region more difficult to be achieved. The establishment of a theocratic government in Iran enabled the West to direct their criticism to the social relations between men and women, arguing the condition of subalternity that Islam imposed over Iranian women. The subalternity which is referenced, however, is not an exclusive characteristic of Islamic or Eastern societies, for in the West this condition is also a reality, although in different dynamics. Islam, despite to emerge as the propellant and responsible element for ensuring the unequal gender relations that are reproduced in Iran, gives way, in this research, to another element considered of greatest impact on the reification of this scenario: the social construction of Iranian civilization. Unlike the Western conception, this paper rejects the idea that the Western model of government is the way to the end the Iranian women's subordination and that Islam is the source of the marginalization of women in Iran, and considers, above any other factor, the impact of patriarchal Persian traditions in Iran's contemporary thinking to understand this situation.

Keywords: Gender and International Relations. Iran. Islam. Islamic Republic. Postcolonialism.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Expansão das organizações de mulheres durante o governo de Khatami (1997-2006) – por área de atuação.....	67
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Expansão da educação pública no Irã durante a primeira era da Dinastia Pahlavi, 1923-1924 e 1940-1941.....	53
Tabela 2 — Assentos do Parlamento ocupados por mulheres e homens entre os 9 períodos do <i>Majlis</i> (1980-2012).....	68
Tabela 3 — Evolução nos índices da população iraniana de 6 anos acima alfabetizada – por gênero (1976-2006).....	69
Tabela 4 — Evolução nos índices de presença feminina nos diferentes níveis de educação (1976-2006).....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO REALISMO AO PÓS-COLONIALISMO	18
2.1 O desenvolvimento teórico das Relações Internacionais e a ascensão do debate epistemológico: positivismo <i>versus</i> pós-positivismo	18
2.1.1 A inserção das questões de gênero nas Relações Internacionais: a perspectiva pós-positivista como fator-chave desse processo	23
2.2 A alternativa pós-colonialista à análise das relações de gênero não ocidentais	27
2.2.1 A crítica pós-colonialista ao feminismo ocidental	30
3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO ISLÃ: A INFLUÊNCIA DO MEIO NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO IRÃ	33
3.1 A herança sociocultural do Irã pré-islâmico	34
3.2 As relações de gênero na Pérsia islâmica	40
4 O STATUS DA MULHER NO IRÃ DO SÉCULO XX: A DINASTIA PAHLAVI E O ADVENTO DA REPÚBLICA ISLÂMICA	47
4.1 A Dinastia Pahlavi e a ocidentalização do cenário iraniano	50
4.1.1 Xá Reza Pahlavi (1925-1941)	51
4.1.2 Xá Reza (1942-1979)	55
4.2 A Revolução Iraniana e a instauração da República Islâmica do Irã	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a percepção ocidental acerca do mundo islâmico e oriental tem sido arbitrária e dotada de prejuízos. As diferenças socioculturais existentes entre as duas realidades converteram-se no pano de fundo para a formação de concepções que enfatizam a “estranheza” do Oriente frente aos costumes ocidentais e resultam na construção unilateral do que se entende por Oriente, caracterizando-o, muitas vezes, como discricionário. A percepção de que as tradições orientais e principalmente islâmicas correspondem a uma realidade pouco compreensível, haja vista que reproduzem dinâmicas alheias ao contexto da sociedade ocidental, tem fomentado críticas pouco fundamentadas pelo Ocidente. A rasa concepção que o Ocidente tem sobre as sociedades islâmicas, somada à ideia de superioridade cultivada pela civilização ocidental, tem contribuído para a condenação de práticas e costumes cultuados pelos países islâmicos. A ministra e política britânica Tessa Jowell, em declaração a uma rádio britânica, não deixou de contribuir para a proliferação de tal perspectiva:

Nós lutamos há gerações pela igualdade das mulheres, para as mulheres ocuparem seu lugar igualitário na sociedade. Mulheres que estão fortemente cobertas com o véu, cuja identidade é obscurecida para o mundo além do seu marido, não podem ocupar o seu papel pleno na sociedade (DAILY MAIL, 16 out. 2006, s/p) (tradução nossa).

A afirmação de Tessa Jowell, citada pelo jornal Daily Mail da Inglaterra, não raro tem se feito presente também nas discussões da comunidade internacional nas últimas décadas. O desenvolvimento dos movimentos feministas no último século corroborou para que as questões de gênero adentrassem nos debates das ciências sociais, alcançando a arena das Relações Internacionais no final da década de 1980. Desde então, discussões concernentes à melhoria do status marginalizado das mulheres tornaram-se pauta importante nas relações interestatais. Baseadas no princípio da liberdade individual e na concepção ocidental de direitos humanos as primeiras questões de ordem feminista que emergiram no campo de estudo das Relações Internacionais trouxeram em seu cerne o grito mundial de emancipação feminina, partindo da premissa de que as mulheres conformam um grupo uniforme e homogêneo. O discurso democrático ocidental, amplamente proferido desde a ampliação dos temas da agenda política internacional, deu respaldo para a concepção da luta emancipatória do feminismo liberal, fomentando, assim, a disseminação da percepção de gênero exposta por Tessa Jowell.

A notoriedade adquirida pela temática de gênero na arena da política internacional impulsionou os debates acerca da necessidade de formulação de políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e pôs, dessa maneira, a preocupação com a emancipação feminina no centro de atividade de muitas organizações internacionais e não-governamentais. A inclusão das questões de gênero no debate dos foros multilaterais repercutiu imediatamente nas relações entre os atores internacionais. O conceito de emancipação predominante, ou seja, a concepção feminista liberal e ocidental de que as mulheres conformam um único grupo e devem, a partir dele, lutar pela eliminação de toda relação de subalternidade, afetou diretamente as relações com os países orientais. A particular concepção ocidental de emancipação feminina — fundamentada estritamente nas dinâmicas da sociedade ocidental — abriu espaço para o desenvolvimento do pressuposto defendido por Jowell de que o véu utilizado pelas mulheres islâmicas, além de representar um símbolo de subordinação da mulher ao marido, é um impeditivo para a plena participação pública feminina e colocou, assim, os países islâmicos no cerne das críticas ocidentais.

O pressuposto de que as sociedades e os costumes islâmicos servem como instrumentos que asseguram o desenvolvimento das relações de subalternidade existentes entre mulheres e homens influiu o discurso democrático ocidental, respaldando o modelo de governo reproduzido pelo Ocidente como o caminho para a liberdade das nações. Assim, imbuído numa perspectiva orientalista, o Ocidente atribuiu a si próprio o dever de salvaguardar as sociedades não ocidentais dos “males” que lhes assolam, haja vista a concepção ocidental de superioridade frente à civilização oriental. Dentro da concepção democrática de governo, introduziu-se o princípio da secularização, o qual o presidente estadunidense Barack Obama, em visita oficial à Turquia em 2009, enfatizou ao mencionar “[...] a democracia secular forte e vibrante da Turquia [...]” como sendo o maior legado deixado por Atatürk à República turca (OBAMA, 2009, s/p) (tradução nossa).

Com a preponderância do discurso democrático secular nas dinâmicas das relações internacionais, a islamização do sistema político iraniano, em 1979, inseriu o país no centro das pressões ocidentais. As relações de gênero reproduzidas no Irã foram — e ainda são — os principais alvos de constrangimentos causados pela comunidade internacional, que ressalta as diretrizes subordinacionistas e patriarcais do Islamismo como ferramentas de opressão feminina. No entanto, a grandiosidade do secularismo e a aversão ao uso do véu, presentes no discurso do Ocidente, não correspondem à ruptura das relações sociais desiguais entre homens e mulheres. A exemplo desse fenômeno, são ressaltados os contrastantes governos estabelecidos no Irã ao longo do século XX e a repercussão de ambos na promoção da

participação pública feminina no cenário iraniano. No decorrer do século XX, o sistema político do Irã esteve submetido a dois processos fundamentalmente adversos: a ocidentalização e modernização instaurada pela Dinastia Pahlavi e a implementação de um governo teocrático após a Revolução Iraniana de 1979. A administração ocidentalizada Pahlavi, que esteve presente no Irã entre 1925 e 1979, embora tenha desenvolvido políticas públicas significativas para a promoção de melhorias no status das mulheres iranianas, não representou uma quebra, tampouco um questionamento, da dicotomia nas relações entre masculino e feminino. Da mesma maneira, o estabelecimento da República Islâmica do Irã em 1979 não pusera um fim às desigualdades na estrutura de gênero vigente na sociedade iraniana, mas tampouco imobilizou a participação pública feminina no Irã.

Muito além da doutrina religiosa, a imersão da sociedade iraniana, e principalmente dos líderes governamentais, em uma concepção patriarcal é considerada o fator de grande impacto para a reprodução das relações de subalternidade entre homens e mulheres. A construção da sociedade iraniana, assim como das demais sociedades ocidentais, surge, nesse sentido, como elemento fundamental para a compreensão da reprodução das relações de gênero desiguais. Desse modo, a presente pesquisa versa na análise da condição política e social da mulher iraniana no período de maior influência ocidental no Irã e a partir da República Islâmica, centrando-se na comparação das transformações das relações sociais entre homens e mulheres nesses dois contextos. Assim, a partir da breve explicação de alguns séculos da história iraniana, a fim de absorver os fatores que influenciaram a estruturação das relações de gênero no Irã, com ênfase nas formas de governo instauradas no país no século XX, a problematização da pesquisa esteve centrada no questionamento de se o sistema teocrático iraniano é o fator responsável pela reprodução das relações de gênero desiguais no Irã.

Partindo de uma premissa contrária às concepções ocidentais, a presente pesquisa baseia-se na reinterpretação das críticas ocidentais feitas ao modelo de governo adotado pelo Irã a partir da Revolução de 1979. Ao contrário do que aponta o Ocidente, o Islamismo não é considerado aqui o elemento responsável pela supressão da atuação feminina na esfera pública iraniana. Considera-se, inclusive, que os distintos níveis de participação política entre homens e mulheres são um fator presente tanto no modelo de governo ocidental quanto no sistema político islâmico. Nesse sentido, a hipótese levantada pela pesquisa é a de que as dificuldades de inserção enfrentadas pelas mulheres iranianas estão fundamentalmente relacionadas à herança sociocultural da Pérsia, o Islamismo não seria, dessa maneira, o impeditivo à evolução do papel feminino na esfera pública.

Desse modo, tendo em vista a crescente expansão das questões de gênero na agenda política internacional e o conseqüente aumento das pressões internacionais sobre os Estados islâmicos, advindo do discurso democrático ocidental, a problemática dos debates sobre gênero tornou-se cada vez mais relevante dentro da disciplina das Relações Internacionais. A promoção da equidade de gênero passou a ocupar patamares mais elevados na formulação de políticas públicas, tornando-se imprescindível para a prática das relações internacionais. O enfoque que se tem dado ao estímulo da ampliação da participação política e social das mulheres — seja na esfera doméstica, seja na esfera internacional —, tem condenado, assim, cada vez mais a reprodução de práticas segregacionistas pelos Estados. Os países islâmicos, nesse sentido, tornaram-se alvos imediatos de constrangimentos ocidentais, haja vista que seus valores religiosos e culturais se distinguem fundamentalmente das práticas ocidentais, notoriamente no que tange às relações de gênero. O Irã, que há tempos está no centro das críticas ocidentais — em decorrência tanto da islamização do seu sistema de governo (e conseqüente fortalecimento do pensamento nacionalista), quanto das suas recentes pretensões nucleares — tornou-se objeto ainda mais frequente das pressões promovidas pelo Sistema Internacional. Assim, a crescente importância do tema à dinâmica das relações entre os Estados torna o presente trabalho relevante para o estudo das Relações Internacionais.

A fim de cumprir com o objetivo da pesquisa e, desse modo, identificar a raiz do processo segregacionista da mulher na estrutura política e social iraniana, o presente trabalho foi fundamentado no resgate de fatores históricos para a construção do seu objeto de estudo, aplicando o método qualitativo à investigação, com base na análise histórico-descritiva e comparativa. Para a concretização da pesquisa foram utilizadas, portanto, fontes primárias e secundárias. No que tange à pesquisa histórico-descritiva, essa foi baseada em pesquisa bibliográfica, por meio da consulta de livros e artigos científicos. A pesquisa de índices e dados, que serviu de suporte às argumentações desenvolvidas ao longo do trabalho, foi guiada por fontes primárias, fornecidas, sobretudo, por organizações internacionais.

De modo a desenvolver as propostas de investigação, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro trata-se de um capítulo fundamentalmente teórico. Nele, é abordada a evolução do campo de estudo das Relações Internacionais no decorrer do século XX, discorrendo acerca do desenvolvimento dos debates teóricos da disciplina e da ascensão do quarto debate, que possibilitou a inserção das questões de gênero na arena da política internacional. A partir da análise dos paradigmas teóricos positivistas e pós-positivistas das Relações Internacionais e da preponderância do pós-positivismo no enquadramento do gênero em seu corpo de estudo, adentra-se na perspectiva pós-colonialista

de análise, teoria que serviu como suporte ao desenvolvimento da pesquisa. O primeiro capítulo, portanto, além de elucidar o importante papel que as questões de gênero têm desenvolvido dentro da disciplina, apresenta a perspectiva de gênero dentro da teoria pós-colonial, que, baseada na crítica à concepção das mulheres como um grupo social homogêneo, ressalta a importância das particularidades culturais e históricas de cada sociedade na construção da igualdade de gênero. A teoria pós-colonial em conjunto com a perspectiva de gênero atua, nesse sentido, na compreensão dos elementos históricos e culturais que moldaram a sociedade iraniana contemporânea e no questionamento do modelo democrático ocidental, que está mais propenso a manter as relações de subalternidade entre Ocidente e Oriente, do que a romper com as estruturas patriarcais vigentes no Irã.

Na sequência, o segundo capítulo faz uma retomada histórica dos costumes e valores concernentes às relações de gênero que foram reproduzidos no Império Persa e incorporados ao Islamismo e à sociedade iraniana. Nesse capítulo, são ressaltados aspectos característicos das relações sociais vigentes na Pérsia pré-islâmica e a maneira como esses fatores influenciaram no desenvolvimento do Islamismo — congregados nos escritos corânicos ou integrados nas demais fontes de saber religioso que surgiram no decorrer dos séculos. Em conformidade com a análise pós-colonial, o segundo capítulo considera o contexto histórico e social no qual o Irã e o Islamismo foram desenvolvidos como elementos-chave para compreender a marginalização do papel feminino na sociedade iraniana. A partir da análise de séculos de história persa e de seus respectivos desdobramentos, percebe-se a grande oscilação no status das mulheres na região, que, mesmo depois da revelação do Islã e sua incorporação pela sociedade persa, está sujeito às dinâmicas do grupo de poder dominante.

No século XX a conjuntura não é diferente. O terceiro e último capítulo disserta sobre os paradoxais caminhos políticos traçados pelo governo iraniano no decorrer do século XX. O capítulo examina o desenrolar do governo ocidentalizado da Dinastia Pahlavi e a teocracia instaurada com a República Islâmica do Irã e, a partir disso, propõe uma análise comparativa dos avanços e retrocessos no status das mulheres iranianas nos dois períodos. O terceiro capítulo rompe com o discurso democrático ocidental, trazendo à tona os progressos e retrocessos fomentados por ambos os governos no que tange ao aumento da participação pública das iranianas e elucidando a continuidade das oscilações no status das mulheres, que atuam em conformidade com as percepções dos líderes governamentais e suas respectivas convicções sobre a estrutura de gênero. Além disso, é ressaltada a existência de organizações de mulheres islâmicas que participam ativamente na luta por melhorias nas condições de vida das iranianas, defendendo a interpretação moderada das leis islâmicas — sem o peso das

próprias convicções patriarcais — e contrariando, assim, o pressuposto feminista liberal e ocidental que vê no governo secular e no movimento unânime de emancipação feminina a alternativa única para a superação da marginalização feminina. No último capítulo, portanto, é possível notar a concepção patriarcal que fora desenvolvida dentro da sociedade iraniana e teve impacto nas decisões relacionadas à ampliação da participação feminina, estando presente tanto no governo de orientação secular, quanto no governo de orientação islâmica.

2 INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO REALISMO AO PÓS-COLONIALISMO

A ampliação do campo de estudo das Relações Internacionais, além de desafiar as abordagens *mainstream* da disciplina, promoveu a inserção de importantes temas de política internacional, antes marginalizados, no centro das discussões dos principais foros multilaterais. As políticas voltadas à igualdade de gênero foram uma das temáticas que, a partir dos anos 90, passaram a fazer parte da agenda política nacional e internacional de maneira mais corriqueira. Ainda que de maneira tardia, se comparado aos demais campos das ciências sociais, os debates sobre gênero inseriram-se com êxito no estudo das Relações Internacionais. Embora tenham encontrado resistência em alguns paradigmas da disciplina, as questões de gênero enquadraram-se de maneira eficaz dentro de outros paradigmas, e atualmente compõem parte fundamental da agenda política dos Estados e organizações internacionais.

2.1 O desenvolvimento teórico das Relações Internacionais e a ascensão do debate epistemológico: positivismo *versus* pós-positivismo

O campo de estudo das Relações Internacionais tem sofrido, ao longo do seu desenvolvimento, inúmeras transformações de ordem paradigmática e estrutural. Não obstante a perspectiva estadocêntrica continuar sendo o cerne dos debates de política internacional, os temas de interesse que compõem a agenda dos principais foros multilaterais estão mais amplos e heterogêneos. A dilatação do campo das Relações Internacionais tem contribuído, dessa maneira, para a inserção de debates que transcendem a óptica estritamente estatal até alcançar o escopo de análise societal e individual. Os muitos acontecimentos de ordem mundial que tomaram forma no decorrer do século XX tiveram grande impacto nesse processo, haja vista terem trazido à tona novos padrões de atuação internacional passíveis de serem adotados pelos Estados. As novas perspectivas criadas ao redor desses fenômenos fomentaram, nesse sentido, oscilações nas temáticas prioritárias de discussão que compunham a agenda política internacional, destacando os quatro¹ grandes debates teóricos que conformam a estrutura da disciplina de Relações Internacionais: idealismo *versus* realismo;

¹ Essa pesquisa se baseará na divisão do campo de estudo das Relações Internacionais em quatro debates principais, em conformidade com a proposta da autora Jill Steans, em *Gender and International Relations* (2006).

realismo tradicional *versus* realismo científico; o debate interparadigmático; e a crítica pós-positivista ao debate interparadigmático.

O primeiro grande debate da disciplina ocorreu no início do século XX, entre as décadas de 1930 e 1940, e teve como pano de fundo a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a interpretação vigente entre os estudiosos das Relações Internacionais de que o desenvolvimento da disciplina estava relacionado com o propósito central de compreender as causas da guerra e propor, assim, mecanismos que assegurassem a paz duradoura. Diante desse contexto, a vertente então denominada idealista emergiu com uma nova interpretação acerca da conjuntura do sistema internacional. De acordo com essa corrente de pensamento, a instauração e a manutenção da paz apenas poderiam ser logradas a partir do estabelecimento de acordos de cooperação entre os Estados e da criação de instituições internacionais que regulassem essas interações. O presidente estadunidense Woodrow Wilson, grande entusiasta dessa perspectiva, elucidou em discurso ao Congresso no ano de 1917 as raízes do que seria o pensamento idealista. De acordo com ele,

[s]omente a ação conjunta das nações democráticas pode garantir a preservação de um imutável concerto pela paz. Não se pode confiar em nenhum governo autocrata para que mantenha viva a fé dentro de seus confins, nem para que cumpra com o estipulado em seus acordos. Deve ser criada uma liga de honra, um consórcio de opinião. Assim, a intriga se extinguiria em seu próprio fogo; as artimanhas daqueles círculos internos que costumam confabular sem prestar contas a ninguém se converteriam no próprio sepulcro da sua corrupção. Somente os povos livres podem direcionar firmemente seu olhar e sua honra a um fim compartilhado, e hastear os interesses da Humanidade acima de todo interesse mesquinho ou individual (WILSON, 2002, p. 33) (tradução nossa).

As propostas idealistas estavam relacionadas, assim, aos valores morais universais que os Estados, a partir de mecanismos normativos de cooperação, colocariam acima de suas prioridades individuais. A concepção realista de política internacional veio, no entanto, a contrariar tais interpretações. Os estudiosos do realismo trouxeram no cerne de sua análise a concepção do poder como interesse último e supremo dos Estados, estando acima dos valores morais universais. Para o teórico Hans Morgenthau, a busca incessante pelo poder é característica intrínseca ao cenário político internacional.

Governantes e povos podem desejar como meta final a liberdade, a segurança, a prosperidade ou o poder mesmo. [...] Da mesma forma, podem tratar de promover sua realização mediante métodos não políticos, tais como a cooperação técnica com outras nações ou com organizações internacionais. Não obstante, cada vez que se esforçam para cumprir seu objetivo valendo-se da política internacional, o fazem mediante a luta pelo poder (2002, p. 53) (tradução nossa).

Por conseguinte, de acordo com Morgenthau, as ambições de Woodrow Wilson em levar ao mundo os ideais da democracia ocidental estavam fundamentalmente inseridas nessa luta pelo poder.

Ainda, o debate entre as duas escolas acerca da dinâmica do sistema internacional logo se deparou com dois grandes eventos que redefiniriam o rumo das Relações Internacionais. O colapso da Liga das Nações, criada após o fim da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de regulamentar o sistema internacional e garantir a paz, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial tiraram a credibilidade da perspectiva idealista, encrudescendo a análise realista acerca do sistema internacional. A teoria realista passou, assim, a ser a corrente de pensamento dominante dentro do campo de estudo das Relações Internacionais.

Tendo o realismo assumido postura predominante e hegemônica na análise das dinâmicas da política internacional, é compreensível que o segundo debate da disciplina tenha tomado forma dentro dessa escola. A discussão entre os realistas clássicos e os realistas mais cientificamente orientados, que deu origem ao segundo grande debate das Relações Internacionais entre as décadas de 1950 e 1960, esteve centrada na metodologia melhor aplicável à investigação. À diferença da visão histórica e interpretativa adotada pelo realismo clássico, o realismo científico levantou o questionamento acerca da falta de cientificidade das teorias para explicar os acontecimentos no cenário da política mundial. A fim de obter maior respeitabilidade científica, o realismo científico voltou-se ao modelo das ciências naturais para construir suas metodologias, haja vista que a crença na unicidade da ciência, ou seja, na transposição da metodologia das ciências naturais para as sociais, conforma um dos pilares básicos da construção do conhecimento positivista (TICKNER, 2001). O realismo científico desafiou, nesse sentido, os clássicos da disciplina ao aplicar a metodologia quantitativa na construção de suas teorias, as quais seriam passíveis de comprovação e avaliação das afirmações, diferentemente da falta de argumentação que atribuíam às teorias do realismo clássico. O debate trazido à disciplina das Relações Internacionais nesse segundo momento constituiu-se, portanto, em um desafio ao modelo analítico do realismo clássico, que até então se sobressaía no estudo da matéria. A corrente do realismo de cunho mais científico fazia um maior apelo à ciência "[...] a partir da tentativa de instituir metodologias de pesquisa científica e pressupostos epistemológicos positivistas dentro da disciplina" (STEANS, 2006, p. 21) (tradução nossa), travando um profundo embate metodológico dentro da escola realista.

O cenário da década de 1970 abriu espaço, dentro do estudo das Relações Internacionais, ao terceiro debate teórico da disciplina. A emergência de dois novos paradigmas que desafiavam a hegemonia do pensamento realista geraram novas discussões no

campo da política internacional, dessa vez promovidas por diferentes visões de mundo, em detrimento de diferentes metodologias. O terceiro debate, denominado interparadigmático, ascendeu a partir de duas novas visões que, apesar de compartilharem do mesmo conhecimento social-científico do realismo, traziam interpretações da realidade e construções de hipóteses distintas (TICKNER, 2001). De acordo com a autora, o primeiro desafio à análise realista adveio da escola liberal. Questionando a perspectiva estadocêntrica do realismo, bem como o foco dado ao poder e ao conflito, o liberalismo destacava a crescente importância das forças transnacionais no sistema internacional, salientando o contexto de interdependência econômica e de integração regional cada vez mais influente nas relações entre os Estados. A corrente liberal contrariava todas as premissas básicas da teoria realista, inviabilizando o estabelecimento de um debate mais profundo entre as duas correntes teóricas. O segundo paradigma que veio a desafiar a hegemonia do realismo teve suas origens nas teorias socialistas, sobretudo no marxismo, tendo como centro de sua análise a crítica ao modelo de economia capitalista e a busca pela compreensão do crescimento e do desenvolvimento desiguais entre Norte e Sul. Apesar do importante papel exercido pelo marxismo na análise das relações internacionais, o fim da Guerra Fria e o triunfo do capitalismo liberal conduziram esse paradigma ao declínio. Assim, a perda de espaço da teoria marxista e a falta de diálogo entre as correntes liberal e realista abriram espaço ao surgimento de um novo debate entre duas novas perspectivas que reformulavam os paradigmas liberal e realista tradicionais: o neorealismo e o neoliberalismo.

À diferença do debate interparadigmático, a revitalização das teorias clássicas promoveu o diálogo e a relativa aproximação entre os paradigmas concorrentes no que tange às interpretações da dinâmica das relações internacionais. A denominada síntese neo-neo introduziu a análise das relações internacionais ao nível sistêmico, considerando que

[...] o comportamento dos [E]stados, assim como de outros atores, é fortemente afetado pelos constrangimentos e incentivos proporcionados pelo meio internacional. Quando o sistema internacional muda, também mudarão os incentivos e comportamentos [dos Estados] (KEOHANE, 1984, p. 26) (tradução nossa).

O paradigma neorealista transcendeu, nesse sentido, a análise realista clássica centrada na natureza do homem em direção à análise da natureza anárquica do sistema internacional. Outra modificação importante característica do neorealismo seria, segundo Waeber (1996), o *conceito de ciência*. Para o autor, a "especulação e [a] reflexão geral já não são suficientes, o realismo tem de se expressar na forma de *teoria*, de um sistema de sentenças

claramente especificados", o que "[...] implica um certo minimalismo, e um grande espaço é deixado para o desenvolvimento de teoria e estudos empíricos" (WAEVER, 1996, p. 162) (tradução nossa). Seguindo essa mesma linha de interpretação minimalista, o neoliberalismo reduziu a perspectiva geral do liberalismo acerca da natureza das relações internacionais para um questionamento central, que gira em torno da percepção do impacto das instituições no modo de atuação dos Estados no sistema internacional (WAEVER, 1996). Ademais da mudança da redução do enfoque analítico, a reinterpretção acerca da atuação das instituições na dinâmica das relações internacionais tem sido outro elemento fundamental para a aproximação entre os neorealistas e os neoliberais. A releitura da perspectiva realista acerca da relevância de outros atores no sistema internacional, ampliando o papel das instituições, sem desconsiderar o Estado como ator central, incitou o diálogo entre os paradigmas, algo inexequível entre realistas e liberais. É imprescindível ressaltar, no entanto, que em meio às similitudes desenvolvidas entre os dois paradigmas, a conservação de visões divergentes em questões-chave, como, por exemplo, nas perspectivas sobre a cooperação internacional — os neoliberais acreditam muito mais em seu êxito —, mantém inquieto o debate entre as escolas.

A preponderância das teorias positivistas, inseridas no debate interparadigmático das Relações Internacionais, deparou-se, na virada da década de 1980-1990, com um novo desafio teórico, dessa vez provocado pela ascensão das perspectivas pós-positivistas, alheias ao pensamento social-científico até então hegemônico da disciplina. O sistema internacional da época constituía-se de uma crescente onda de mudanças, onde o Estado, imerso em uma conjuntura de ascensão de movimentos sociais, guerras tribais, privatizações e transnacionalização, tivera seu papel minimizado. A partir desse contexto, de relativa diminuição do protagonismo estatal nas relações internacionais e da acentuação das críticas ao caráter científico atribuído à disciplina, a construção positivista das teorias *mainstream* fora desafiada por novos questionamentos de ordem ontológica e epistemológica, levantadas pelos pós-positivistas e postas no centro do quarto debate das Relações Internacionais.

Jill Steans (2006), ao discorrer sobre a crescente importância das questões epistemológicas, ontológicas e metodológicas nos debates da disciplina, enfatiza a existência de uma grande divisão entre as análises positivistas e pós-positivistas. De acordo com a autora, os estudiosos do positivismo

[...] acreditam que, através da adoção de métodos de pesquisa rigorosos que se aproximam bastante aos métodos empregados pelas ciências naturais, é possível construir o conhecimento "objetivo" sobre as relações internacionais ou a política mundial. Em contraste, os pós-positivistas são aptos a visualizar a construção do

conhecimento como uma atividade intersubjetiva (STEANS, 2006, p. 23) (tradução nossa).

Nesse sentido, enquanto os positivistas tendem a considerar a existência de um mundo natural externo às teorias, em que, mantendo-se uma distância entre o pesquisador e o objeto a ser estudado, pode-se observar o comportamento dos agentes que o compõe, os pós-positivistas adotam um processo epistemológico totalmente oposto. Na concepção do pós-positivismo, a teoria, mais do que inserida no mundo observado, ajuda a construí-lo, partindo do processo de criação intersubjetiva do conhecimento, onde o contexto cultural, os valores e costumes locais devem ser considerados na análise.

É válido ressaltar que as escolas adeptas ao pós-positivismo — tais quais: a construtivista, a pós-colonial, a pós-moderna, a sociologia histórica e a teoria crítica — não compartilham das mesmas visões de mundo, estando mais unidas pelo que elas são contra do que pelo que elas possuem em comum. Apesar das divergentes interpretações trazidas por cada escola pós-positivista, é inegável que essa corrente, que atua fora do cientificismo até então preponderante na disciplina, exerceu papel fundamental na dilatação da agenda política internacional. A partir do surgimento das abordagens pós-positivistas, questões antes marginalizadas em defesa da primazia do papel do Estado no sistema internacional passaram a ocupar os centros dos debates de política internacional, destacando as questões ambientais, humanitárias, de desenvolvimento e as questões de gênero.

2.1.1 A inserção das questões de gênero nas Relações Internacionais: a perspectiva pós-positivista como fator-chave desse processo

A introdução dos debates feministas às Relações Internacionais se deu de maneira tardia, se comparada às demais áreas de estudo das ciências sociais. Enquanto disciplinas como a sociologia e a psicologia incorporaram as perspectivas de gênero às suas análises ao redor das décadas de 1960 e 1970, as Relações Internacionais só as incorporaram no final da década de 1980, sendo uma das últimas disciplinas das ciências sociais a incluir o feminismo em seus estudos. Tal fato pode ser atribuído, em grande medida, à posição hegemônica assumida pelas perspectivas positivistas dentro do estudo das Relações Internacionais até meados da década de 1980, quando emergiu o pós-positivismo. A partir da inserção da análise pós-positivista e de suas abordagens inovadoras na disciplina, abriu-se espaço para que as

questões de gênero fossem introduzidas na análise do sistema internacional, desafiando os paradigmas resistentes à sua relevância para a matéria.

Desde sua introdução às Relações Internacionais, os estudos de gênero têm encontrado espaço de atuação em ambas as ópticas de análise — positivista ou pós-positivista. O grau de notoriedade e relevância que as feministas encontraram em cada uma dessas perspectivas, contudo, foi muito distinto. Não obstante tenha havido relativa inserção dos estudos feministas na teoria liberal, a identificação e as possibilidades de desenvolvimento das propostas feministas foram encontradas em muito maior amplitude no pós-positivismo. A incompatibilidade entre o teor intersubjetivo, característico da maior parte dos estudos feministas, e a epistemologia objetiva e a-histórica adotada pelo positivismo, impediu o estabelecimento de um diálogo promissor entre gênero e positivismo, motivando a maioria das teóricas feministas a conformar seus estudos dentro das perspectivas pós-positivistas. Sandra Whitworth (1989 *apud* TICKNER, 2001), na busca pelo enquadramento do feminismo nas teorias das Relações Internacionais, concluiu que o positivismo, sobretudo o realismo, contribui de maneira muito reduzida às propostas de gênero. De acordo com Tickner (2001), Whitworth sugere a existência de três critérios fundamentais aos quais as teorias deveriam atender para incorporar o gênero em sua análise, os quais seriam: "[...] (1) permitir a possibilidade de falar sobre a construção social do significado; (2) discutir a variabilidade histórica; e (3) permitir teorizar sobre o poder de uma forma que descubra as relações de poder ocultas" (p. 27) (tradução nossa). A partir dessa perspectiva, o debate interparadigmático seria a opção menos promissora para o desenvolvimento dos estudos feministas, especialmente no âmbito do realismo.

Desse modo, a teoria realista revela-se como o maior desafio às pretensões femininas de enfatizar a relevância das análises de gênero para o estudo da política internacional. Um dos fatores que criam essa condição está relacionado à concepção de que os contextos políticos interno e internacional se manifestam como fenômenos independentes e concebem, assim, agendas políticas específicas e distintas. Essa crença reflete diretamente na interpretação das questões de gênero ao considerá-las, desde o ponto de vista realista, pauta exclusiva da política interna, não tendo impacto na esfera das relações internacionais. Outro aspecto de dificuldade a ser considerado é a crença na realidade objetiva, que é, talvez, um dos maiores obstáculos para o entendimento entre as feministas e os teóricos do realismo. As estudiosas de gênero, em sua maioria, creem que a realidade social e política é construída a partir da intersubjetividade de seus componentes. À diferença dos realistas, que resistem em refletir acerca da ordem mundial em termos de gênero e insistem, em sua maioria, "[...] em

tomar a natureza masculinizada da política mundial como mais um 'fato' natural e imutável" (STEANS, 2006, p. 35) (tradução nossa), as feministas pós-positivistas creem que essa masculinização reflete um processo contínuo de interação social, que, a partir dos interesses do grupo social dominante (homens), reificou a predominância masculina nas relações de gênero e poder.

As questões epistemológicas formam, portanto, o centro das preocupações das teóricas feministas, haja vista que o conhecimento construído a partir das bases de pensamento e poder masculino é quotidianamente (e inconscientemente) reificado, refletindo diretamente na interpretação da realidade. Nas palavras de Sandra Harding,

[a]s feministas argumentam que as epistemologias tradicionais excluem sistematicamente, com ou sem intenção, a possibilidade de que as mulheres sejam "conhecedoras" ou *agentes do conhecimento*; sustentam que a voz da ciência é masculina; que a história foi escrita desde o ponto de vista exclusivo dos homens (de classe e raça dominantes) (1988, p. 3) (tradução nossa).

O rechaço dos positivistas à concepção da realidade como um fenômeno submerso em uma relação de gênero e poder, construída a partir dos processos de interação social, e a defesa da percepção do mundo como natural alertaram, portanto, as estudiosas do feminismo à necessidade de conceber uma epistemologia alternativa ao estudo das relações internacionais. A importância e a imprescindibilidade atribuídas à construção social e histórica de conceitos e significados, até então concebidos como naturais e imutáveis, e à revelação das relações de poder ocultas também pela naturalização, constituíram a base epistemológica do feminismo pós-positivista e da incompatibilidade com o modo realista de pensar as relações internacionais.

Diferentemente do realismo, a estrutura social-científica do liberalismo não foi encarada por algumas teóricas feministas como um impedimento à inserção e ao desenvolvimento dos debates de gênero. Por se tratar de um paradigma científico que permite uma interpretação mais ampla acerca das dinâmicas do sistema internacional, o liberalismo tornou-se palco do desenvolvimento de uma das principais correntes feministas das Relações Internacionais. Baseada nos ideais da democracia e da liberdade individual, a corrente feminista liberal surgiu com o objetivo último de reverter a conjuntura discriminatória e subordinacionista na qual se inserem as mulheres e de superar os obstáculos que as impedem de participar ativamente na esfera pública. A condução dessa interpretação, acerca da ausência feminina na esfera da política internacional, é feita por dois segmentos distintos. O primeiro deles consiste na interpretação de que há uma escassa presença das mulheres nos

âmbitos de maior poder decisório das Relações Internacionais — tais como na diplomacia e nas forças armadas. O segundo segmento, ao contrário, argumenta que as mulheres têm estado sempre presentes em todas as esferas das Relações Internacionais, no entanto, sua participação tem sido ocultada pelos preconceitos masculinos (MANZANO, 2001). Independentemente das divergências, contudo, ambos os segmentos condicionam a análise feminista liberal a um ponto central: extinguir a pouca (ou inexistente) notoriedade da participação feminina nas esferas de maior autonomia política e poder.

A vertente liberal do pensamento feminista reconhece que as atividades sociais, econômicas, culturais e, principalmente, políticas se reproduzem sob uma estrutura de dominação masculina e busca, a partir desse cenário, extinguir a desigualdade que permeia as relações de gênero. O objetivo traçado pelas feministas liberais centra-se na busca pelo fim dessa disparidade de oportunidades, verificável principalmente na esfera pública, e que, segundo elas, caracteriza a sociedade contemporânea mundial. A promoção de políticas governamentais direcionadas à ampliação da participação pública feminina, juntamente com o fim das barreiras legais que permitem essa condição díspar surgem como instrumentos fundamentais, desde a perspectiva liberal, nessa luta contra a desigualdade.

A inserção da perspectiva feminista na análise da política internacional e a promoção do diálogo em prol da maior participação pública das mulheres, impulsionadas a partir da teoria liberal, não foram suficientes para manter afastadas as críticas do pós-positivismo. De forma semelhante ao realismo, a visão de mundo liberal está pautada em uma análise a-histórica e objetiva, reduzindo os debates feministas à busca pela reversão da desigualdade de gênero e pela promoção de reformas legais como meio de garantir a equidade entre homens e mulheres. A desconsideração, por parte das feministas liberais, do processo de construção das relações de gênero e da predominância do pensamento hegemônico masculino no transcurso desses acontecimentos — elementos-chave para o desenvolvimento das desigualdades e da marginalização do poder da mulher — é apontado como uma grande falha analítica liberal. Assim, também o discurso liberal da igualdade tem sido o centro das críticas do pós-positivismo, sobretudo das perspectivas pós-colonial e pós-moderna, haja vista que concebe a realidade feminina a partir das experiências exclusivas das mulheres brancas e ocidentais (TICKNER, 2001). Essa noção das mulheres como um grupo homogêneo, dotado de interesses comuns, ignora as realidades particulares vivenciadas por mulheres de diferentes raças, classes, culturas, religiões e orientação sexual, anulando imediatamente uma representatividade coletiva de interesses.

O caráter positivista das teorias liberal e realista tem permitido, nesse sentido, com base nas críticas pós-positivistas, poucas contribuições ao desenvolvimento dos estudos de gênero na política internacional, haja vista suas premissas analíticas limitadas e pré-determinadas. O cientificismo característico dessas duas perspectivas tem delimitado o campo de análise de uma abordagem que, por tratar de questões tão complexas e que envolvam tantos elementos estruturais, necessita de espaço para desenvolver seus estudos. A exemplo dessa delimitação está a exclusão da mulher como agente de conhecimento no processo de construção da realidade, que repercute negativamente no desenvolvimento das teorias feministas. De acordo com Jill Steans (2006), na interpretação das teóricas feministas o "[...] positivismo é identificado com uma forma nitidamente machista de 'conhecer o mundo'. O problema do preconceito de gênero não é, então, 'simplesmente a ausência de mulheres', mas a associação persistente do 'masculino' com o 'objetivo' e 'científico'" (p. 26) (tradução nossa). A incompatibilidade entre o positivismo e os estudos de gênero, assim como a necessidade de repensar a política internacional a partir de outra realidade, que não aquela masculinizada, converteu o pós-positivismo no palco dos desdobramentos dos debates e das investigações de gênero, permitindo o desenvolvimento de uma epistemologia alternativa àquela tradicional. A concepção pós-positivista, de que a realidade fora socialmente construída com base nas experiências e nos interesses do grupo social dominante (homens) e imposta às mulheres em um processo contínuo de reificação, até converter-se em algo considerado "natural" ou característico do meio, atraiu, dessa forma, a maioria dos estudiosos de gênero para a sua esfera de análise.

É importante recordar, contudo, que dentro do contexto pós-positivista das Relações Internacionais estão inseridas distintas teorias que, apesar de compartilharem diretrizes gerais de teorização, priorizam ênfases e enfoques de análise específicos. Essas distinções refletem diretamente na construção teórica das perspectivas feministas, que, de acordo com seu aporte teórico, produzem interpretações diferentes de um mesmo objeto de estudo. Dentre as teorias pós-positivistas mais notórias das Relações Internacionais está o pós-colonialismo, sob o qual será desenvolvida a presente pesquisa.

2.2 A alternativa pós-colonialista à análise das relações de gênero não ocidentais

O pensamento pós-colonial emergiu nas Relações Internacionais como um grande crítico à construção do conhecimento das teorias *mainstream*. Concebidas exclusivamente a partir das experiências ocidentais, concentrando suas pesquisas e produções nas mãos de

teóricos do eixo Europa-Estados Unidos, as teorias clássicas — e ainda predominantes — da disciplina incitam os estudiosos pós-colonialistas a questionar a visão de mundo proposta por realistas e liberais. O desenvolvimento do pós-colonialismo vai de encontro à predominância dos teóricos ocidentais na construção do conhecimento nas Relações Internacionais, questionando a marginalização de todo o conhecimento produzido nas esferas alheias à sua realidade. A crítica pós-colonial revela, nesse sentido, as relações de poder herdadas dos processos de colonização — que marcaram os séculos XIX e, sobretudo, XX — que estão tacitamente permeadas na teorização da ordem mundial. A tardia introdução de teorias alternativas àquelas predominantes no estudo das Relações Internacionais ou o rechaço a essas teorias, como ainda é recorrente entre os estudiosos estadunidenses, elucida essa relação de poder. Enquanto o Ocidente é visto como sujeito de conhecimento, o ente alheio à sua realidade é visto como objeto de análise.

A concepção de sujeito e objeto de conhecimento representa uma das principais preocupações e críticas do pós-colonialismo, que define a construção do "eu" e do "não eu" como uma das ferramentas de dominação utilizadas pelo Ocidente. A criação de uma identidade própria baseada na alteridade, ou seja, na definição do "eu" a partir dos contrastes identificados no processo de interação com o "outro", sugere uma diferenciação entre as partes, no sentido segregacionista da palavra, pelo grupo dominante (MINHHA, 2000). Contudo, de acordo com a autora, as diferenças identificadas no processo de intersubjetividade não necessariamente dão origem ao separatismo. O costume feminino islâmico do uso do véu, por exemplo, que por ser estranho à realidade ocidental é alvo constante de críticas dentro dos movimentos feministas, deve ser analisado dentro do seu contexto cultural.

Se o ato de tirar o véu tem um potencial libertador, o mesmo acontece com o ato de colocar o véu. Tudo depende do contexto em que tal ato é realizado, ou mais precisamente, de como e onde as mulheres veem dominação. A diferença não deve nem ser definida pelo sexo dominante nem pela cultura dominante (MINHHA, 2000, p. 1211) (tradução nossa).

Essa construção identitária do "eu superior" pelo Ocidente com base nas particularidades raciais, étnicas, culturais, religiosas, etc. do "outro inferior", concebido como o Oriente, ganhou notoriedade a partir da publicação de *Orientalismo*, em 1978, obra singular de Edward Said. O conceito de orientalismo está relacionado com a maneira ocidental de

pensar o Oriente e os orientais², baseando-se nas próprias experiências e convicções para construir a imagem do próximo e estabelecer, assim, um antagonismo que será utilizado como instrumento de reificação da colonização. De acordo com Said (2007), os orientalistas, a partir da concepção do Oriente como objeto de conhecimento, apropriaram-se dos mais diversos enfoques analíticos — desde concepções imperialistas até as teorias raciais — para tentar explicar e justificar a superioridade do Ocidente diante da estranheza do Oriente. A base extremamente racista e discriminatória sobre a qual está estruturada a perspectiva orientalista de análise, que divide o "nós" do "eles", produz a intolerância e a incompreensão cultural que dará origem aos julgamentos unilaterais do Ocidente acerca do Oriente. Para Said,

[q]uando se empregam categorias como oriental e ocidental como ponto de partida e ponto final de análises, pesquisa, política pública [...], o resultado é geralmente polarizar a distinção — o oriental torna-se mais oriental, o ocidental mais ocidental — e limitar o encontro humano entre culturas, tradições e sociedades diferentes. Em suma, desde os primórdios da história moderna até o presente, o Orientalismo como uma forma de pensamento para lidar com o estrangeiro tem, de maneira previsível, exibido a muito lamentável tendência de qualquer conhecimento baseado nessas distinções rígidas como “Leste” e “Oeste”: canalizar o pensamento para dentro de um compartimento Oeste ou de um compartimento Leste. Como essa tendência está bem no centro da teoria, da prática e dos valores orientalistas encontrados no Oeste, o senso de poder ocidental sobre o Oriente é aceito como natural com o status da verdade científica (SAID, 2007, p. 80).

A perspectiva pós-colonial, partindo desses pressupostos, intervém no sentido de revelar a existência de uma relação de colonização permanente, apesar de muitas vezes oculta, entre o Ocidente e o Oriente. A preocupação levantada por Said acerca da naturalização da relação de subordinação do Oriente frente ao Ocidente é concebida pelo pós-colonialismo como o questionamento central a ser levantado no estudo das relações internacionais. Por meio da investigação e da teorização da política internacional com base nas experiências particulares dos agentes marginalizados, a teoria pós-colonial busca transcender da condição de objeto de conhecimento imposta a esses países pelos colonizadores, para o reconhecimento destes como sujeitos de conhecimento. A intercessão do pós-colonialismo contra a generalização presente nas análises de diferentes contextos e grupos sociais — em prol, novamente, dos interesses ocidentais em fazer se perpetuar a condição de dependência imposta no período colonial — é de grande utilidade ao estudo do feminismo nas Relações Internacionais, sobretudo no questionamento de algumas premissas do feminismo ocidental.

² A denominação daquilo que é oriental, dentro do conceito do orientalismo, não restringe-se tão somente ao que está geograficamente situado no Oriente do globo, o conceito faz referência a toda realidade com a qual o Ocidente não se identifica.

2.2.1 A crítica pós-colonialista ao feminismo ocidental

A corrente feminista de pensamento ganhou notoriedade dentro da teoria pós-colonial a partir da dissertação sobre as relações de poder reproduzidas não só nas interações entre masculino e feminino, mas também entre as mulheres do Ocidente e as mulheres submetidas a realidades alheias àquela ocidental. As mulheres que não compartilham dos valores e costumes ocidentais têm experimentado uma realidade de dupla submissão ao processo de colonização, de um lado pela predominância do pensamento patriarcal nas relações sociais, e de outro pelo imperialismo ocidental, que ainda incide sobre as realidades localizadas fora do eixo Europa-Estados Unidos, entre membros de classe e raça dominantes. Esse contexto motivou o desenvolvimento do feminismo pós-colonialista no sentido de revelar as relações de poder ocultas pela naturalização do domínio ocidental sobre todo o demais.

Uma das críticas fundamentais produzidas pelo pós-colonialismo ao feminismo ocidental diz respeito à delimitação do "outro" com base nas diferenças identificadas no processo de interação social. A perspectiva feminista ocidental trabalha com uma concepção homogeneizada das mulheres advindas de realidades distintas — ignorando o fato de que muitas outras particularidades se manifestam dentro dessa realidade —, convertendo-as em um objeto de conhecimento singular. A delimitação desse grupo particular de mulheres, construído com base no julgamento de seus costumes e valores, é utilizado em prol dos próprios interesses das mulheres ocidentais em fazer valer seu modelo como verdade absoluta. As diferenças existentes entre o Ocidente e o que é alheio a ele conforma, portanto, a base do que será unilateralmente interpretado pelo pensamento ocidental como opressão feminina ou não. Em outras palavras, com base no argumento de que todas as mulheres estão inseridas em uma condição de subalternidade, o feminismo ocidental se utiliza dos contrastes culturais, raciais, sociais, econômicos, etc. para julgar o certo e o errado de acordo com o que melhor lhe convém.

A concepção generalizada do feminismo ocidental acerca das mulheres como um grupo social homogêneo é enfatizada pelas estudiosas do pós-colonialismo como um meio de acentuação da relação estrutural de dominação já existente. A realidade das mulheres negras, islâmicas, em condições de vulnerabilidade social ou inseridas em outros contextos de marginalização, não pode ser concebida como uma realidade única de desigualdade, assemelhada à realidade das mulheres brancas ocidentais. As experiências particulares de mulheres pertencentes a realidades distintas devem ser, impreterivelmente, de acordo com o feminismo pós-colonial, consideradas no processo de construção da análise das relações de

gênero. A percepção das mulheres como um grupo coerente, baseado não nas semelhanças biológicas, mas em um contexto análogo de opressão, é altamente criticado por Mohanty (2000), que argumenta que

[...] o discurso feminista ocidental, ao supor as mulheres como um grupo coerente, já constituído, que é baseado em afinidades, sistemas legais e outras estruturas, define as mulheres do terceiro mundo como sujeitos *fora* de relações sociais, ao invés de olhar a maneira pela qual as mulheres são constituídas como mulheres *através* dessas mesmas estruturas (p. 1202) (tradução nossa).

Essa homogeneização, segundo a autora, estaria assentada sobre bases a-históricas e generalizadas, que, ao conceber a unidade feminina como um sujeito desprovido de poder, resultam na naturalização da condição de subordinação feminina, reduzindo a eficácia de estratégias de combate à opressão. Ao dissertar acerca da relevância da contextualização das experiências não ocidentais ao estudo do feminismo, a fim de não cair no reducionismo das práticas culturais, Mohanty (2000) ressalta situações³ particulares que são alvos recorrentes das críticas do feminismo ocidental, argumentadas com base na semelhança da condição de opressão. Dentre essas situações, está a condição da mulher dentro das ideologias religiosas (leia-se: Islamismo) e a interpretação de valores como o uso do véu e a poligamia para reafirmar a posição de subordinação na qual se encontram as mulheres.

De acordo com Ahmed (2000), a questão da mulher surge como um novo meio de colonizar os países islâmicos, haja vista as práticas culturais contrastantes entre os dois polos. No decorrer de seu artigo *The Discourse of the Veil*, Ahmed faz uma crítica sobressaliente à obra de Qassim Amim, *Tahrir al-mar'a*, a qual está centrada na abominação de costumes islâmicos com referência à mulher, sobretudo o uso do véu. Ahmed argumenta que o abandono dos costumes islâmicos, em favor da adoção da tradição ocidental católica, como defendido por Amim, representaria apenas uma substituição da dominação masculina islâmica, para a dominação masculina ocidental, haja vista que a distinção dos graus de liberdade feminina não pode ser reduzida a tradições culturais, como o uso do véu. Ahmed (2000) considera, nesse sentido, que

[...] os usos políticos da ideia de que o Islã oprime as mulheres e [...] que o que os colonialistas patriarcais identificaram como as fontes e principais formas de opressão das mulheres nas sociedades islâmicas estavam baseadas em uma compreensão vaga e imprecisa das sociedades muçulmanas. Isso significa, também,

³ São essas: 1. mulheres como vítimas da violência masculina (circuncisão); 2. mulheres como dependentes universais; 3. mulheres casadas como vítimas do processo colonial; 4. mulheres e os sistemas familiares; 5. mulheres e ideologias religiosas; e, 6. mulheres e o processo de desenvolvimento.

que a agenda feminina para as mulheres muçulmanas conforme estabelecida pelos Europeus [...] era incorreta e irrelevante. Era incorreta em suas amplas suposições de que as mulheres muçulmanas necessitavam abandonar modos nativos e adotar aqueles ocidentais para melhorar seu status; obviamente, mulheres árabes e muçulmanas necessitam rejeitar (assim como as mulheres ocidentais têm tentado fazer) o androcentrismo e a misoginia de qualquer cultura e tradição na qual se encontram, mas isso não é, no geral, o mesmo que dizer que elas devem adotar a cultura ocidental ou rejeitar a cultura árabe e o Islã de forma abrangente (p. 1300) (tradução nossa).

O pressuposto pós-colonialista, nesse sentido, não rechaça a ideia de que as mulheres islâmicas, assim como as ocidentais, estão inseridas em uma sociedade regida por princípios patriarcais, onde a opressão e a submissão feminina revelam-se como características sociais naturalizadas. A questão não centra-se, portanto, na existência ou não de uma conjuntura de subordinação, mas no que caracteriza essa opressão. A falta de contextualização cultural e histórica dos valores reproduzidos em uma sociedade conduz a análise de determinada realidade a um panorama generalizado, que não representa a realidade tal como ela é, mas sim como ela é vista pelo observador, com base em suas próprias convicções.

Dessa forma, a perspectiva feminista desenvolvida dentro dos parâmetros do pós-colonialismo, além de evidenciar as ininterruptas relações de poder que refletem o processo colonial supostamente findado, chama a atenção para a necessidade de que as mulheres inseridas em contextos marginalizados deixem de ser objetos de estudo do Ocidente e passem a ser sujeitos de conhecimento. O feminismo pós-colonial intercede pela imprescindibilidade do desenvolvimento de um pensamento feminista baseado nos valores e costumes particulares de cada grupo, a fim de conceber políticas de combate à opressão de gênero de maneira mais efetiva e promissora. O conhecimento produzido fora do eixo ocidental não deve, desse modo, estar submetido ao pensamento ocidental, sobretudo no que tange às próprias experiências das mulheres não ocidentais. No mesmo sentido, as percepções desenvolvidas a partir do contexto ocidental não devem ser adotadas como verdade absoluta e transpostas de igual forma a uma realidade alheia, como é o caso das sociedades islâmicas, haja vista que a capacidade de articulação e de discernimento nunca foi característica exclusiva nem dos homens, nem do Ocidente.

A perspectiva pós-colonialista serve, portanto, como um instrumento conveniente à análise das relações de gênero do Irã, haja vista que as críticas que permeiam a realidade iraniana no que tange às relações de gênero estão centradas, fundamentalmente, na cultura ocidental e são utilizadas como um mecanismo de reificação das relações coloniais desproporcionais.

3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO ISLÃ: A INFLUÊNCIA DO MEIO NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO IRÃ

A fim de analisar a dinâmica da sociedade iraniana contemporânea — notoriamente as relações de gênero reproduzidas nesse contexto— é imprescindível retomar alguns aspectos socioculturais característicos das remotas civilizações que influenciaram a construção do que hoje é o Irã, de modo a não incorrer em uma percepção generalizada e superficial dessa realidade. A conjuntura política, cultural, social e econômica atual do país certamente não é fruto exclusivo da instituição do Islamismo na região, tampouco da implementação da República Islâmica, em 1979. Os traços que definem o Irã moderno são, assim como nas demais civilizações, resultado de um longo processo histórico, construído a partir da interlocução de uma série de fatos e acontecimentos que se desdobraram no decorrer dos séculos. Os costumes e valores arraigados na civilização persa e nas demais civilizações que ocuparam em algum momento o território iraniano tiveram grande impacto no desenvolvimento do Islamismo, da mesma maneira que os princípios islâmicos exerceram grande influência na formação identitária do Irã. Esse processo de intersubjetividade conduziu o país à construção da sua sociedade moderna, seja em termos religiosos, sociais, culturais e/ou políticos.

Muito além da perspectiva ocidental, que concebe a religião como o principal elemento propulsor das desigualdades de gênero no Irã, o "Islã deve ser entendido como um produto das sociedades nas quais se propagou, bem como da sociedade na qual foi originada" (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 6) (tradução nossa). A contextualização temporal, social e cultural do cenário em que o Islamismo surgiu e foi desenvolvido é, portanto, imprescindível para compreender a essência das tradições islâmicas que, por mais que sejam consideradas conservadoras pelo Ocidente, trouxeram importantes reformas nas relações sociais entre homens e mulheres do século VII. Além da reconstrução desse panorama histórico, as crenças, os costumes e os valores dos grandes estudiosos do Islamismo — os quais ganharam legitimidade para interpretar as fontes de saber religioso no decorrer do tempo — devem ser considerados como influências determinantes no processo de construção das tradições islâmicas, haja vista que suas visões particulares refletem diretamente na definição do que é certo ou errado.

Desse modo, para compreender o papel social e político da mulher no Irã, é substancial resgatar os pilares das relações de gênero construídos nos séculos passados que

ainda vigoram como base das relações sociais e reavaliar, assim, o papel do Islamismo no processo de construção dessas relações.

3.1 A herança sociocultural do Irã pré-islâmico

Durante séculos a região do Oriente Médio esteve povoada por tribos nômades, dedicadas principalmente a atividades de pastoreio e dotadas de uma organização política e social própria, em conformidade com seus costumes e necessidades habituais. No decorrer da história, contudo, o desenvolvimento das estruturas imperiais sujeitou, paulatinamente, esses grupos independentes a uma administração política centralizada, baseada na monarquia. O processo de unificação mais intenso dessas tribos desérticas foi iniciado no século VII, mais especificamente no ano de 632, com a nova onda de expansões imperiais liderada pela civilização árabe, que promoveu a ampla disseminação da religião islâmica no Oriente Médio. O Império Persa — raiz do Irã moderno — apesar de haver desenvolvido sua base legal e institucional sob a administração dos Abássidas (750-1258), fora unificado por Ciro, 1200 anos antes da revelação do Islã. Durante esses 1200 anos de Império Persa e da administração de quatro dinastias distintas — Aquemênidas, Selêucidas, Partas e Sassânidas — até a chegada do Islã, a cultura e a identidade persa tomaram forma, conformando a essência do que hoje é o Irã (MACKEY, 2008). O forte caráter religioso e a tendência de um governo centralizador e absolutista são heranças fundamentais que têm acompanhado a sociedade persa desde os primórdios do seu desenvolvimento.

Muito antes da introdução do Islamismo no Império Persa, a religião já exercia um importante papel político e social na região. O Zoroastrismo, crença fundamentada em essência na dualidade entre o bem e o mal, era considerado a religião oficial do Império, embora não fosse a única prática religiosa da sociedade persa. Apesar do predomínio do Zoroastrismo entre a elite imperial, autores como Cleveland e Bunton (2009) argumentam que a grande massa da população seguia as religiões monoteístas judaica ou cristã, as quais estavam fortemente presentes na região. Ambas essas manifestações religiosas tiveram algum impacto na construção social do Irã. Os princípios básicos do Zoroastrismo, como o julgamento final e a imortalidade, estabeleceram na sociedade um código moral a ser seguido, baseado na justiça e na benevolência, crenças que teriam imprimido à cultura iraniana uma acentuada influência religiosa (MACKEY, 2008). O Judaísmo e o Cristianismo influenciaram de forma menos direta, mas ainda assim em escala significativa, na formação da sociedade

iraniana, refletindo suas tradições no desenvolvimento do Islã, fator essencial para compreender a dinâmica social atual.

O Judaísmo e o Cristianismo tiveram importante impacto na construção das relações de gênero no Islamismo, haja vista possuírem tradições por vezes mais desiguais que a religião islâmica original. Ambas as religiões influenciaram no desenvolvimento da dicotomia entre masculino e feminino e um dos instrumentos que fomentou essa divisão foi a injúria feita à mulher por meio da reinterpretação da estória religiosa de Adão e Eva. De acordo com os escritos do Alcorão, Adão e sua esposa — cujo nome e criação não são mencionados — estavam igualmente sujeitos ao julgamento e à penitência de Deus, sendo ambos considerados pecadores e responsáveis por sua expulsão do paraíso. O Alcorão relata:

E tu, ó Adão, habita com tua esposa o Paraíso! Desfrutai do que vos aprouver; porém, não vos aproximeis desta árvore, porque estareis entre os transgressores. Então, Satã lhes cochichou, para revelar-lhes o que, até então, lhes havia sido ocultado de suas vergonhas, dizendo-lhes: Vosso Senhor vos proibiu esta árvore para que não vos convertêsseis em dois anjos ou não estivésseis entre os imortais. E ele lhes jurou: Sou para vós um fiel conselheiro. E, com enganos, seduziu-os[...] (ALCORÃO SAGRADO, 7:19-22).

No período medieval, contudo, quando as Tradições (*Ahadith*)⁴ passaram a exercer papel fundamental como fonte de saber religioso e as interpretações particulares dos homens passaram a ter maior peso na formação do saber islâmico, a concepção judaico-cristã de Adão e Eva foi absorvida pelo Islamismo, promovendo uma imagem nefasta da mulher, inexistente nos escritos do Alcorão. Os

[...] escritos medievais enfatizam [a]hadith que culpam a Eva [...] pela fraqueza e astúcia que permitiu a Lúcifer trazer Adão para baixo. A maldição de Deus sobre a mulher foi a mais severa, piorando a natureza e a inteligência das mulheres por todos os tempos que virão. Porque Eva tentou o servo de Deus e fez a Árvore sangrar quando pegou seu fruto, ela foi condenada a sangrar uma vez ao mês, a carregar e parir os filhos contra a sua vontade, e muitas vezes estar perto da morte no parto (KEDDIE, 2006a, p. 33) (tradução nossa).

Além da influência religiosa, o Irã absorveu a essência da estrutura política e social sobre a qual assentavam-se as bases do Império Persa. Desde o governo de Ciro, século VI a.C., o poder centralizado tem sido característica predominante do modelo de governo persa, o que fez com que a monarquia absolutista prevalecesse desde os primórdios do império — com

⁴As Tradições, ou *Ahadith*, são as ações e os ensinamentos islâmicos transmitidos oralmente pelo Profeta Muhammad, compilados muito tempo depois de sua morte na *Sunnah*, considerada a segunda fonte religiosa do Islã.

os Aquemênidas — até o século XX — com os Pahlavi —, tendo fim apenas em 1979, com a implementação da República Islâmica. A cultura iraniana, segundo Mackey (2008), esteve por séculos marcada por uma tradição autoritária, centrada na figura do pai, do rei e, posteriormente, do clérigo, o que conduziu a sociedade a um padrão de domínio e subserviência.

As bases dessa estrutura autoritária estariam fundamentadas nas relações familiares, onde a emersão da figura do patriarca como líder inquestionável definiu um contexto de superioridade dos homens sobre as mulheres e criou, assim, um ambiente propício para o desenvolvimento da monarquia absolutista, baseada na hierarquia entre governante e governado (MACKEY, 2008). A autoridade do homem dentro do contexto familiar remonta a um período anterior à unificação do Império Persa, quando a divisão de trabalho entre os gêneros já havia sido definida por tribos regionais. Enquanto a ocupação das mulheres estava mais próxima do âmbito doméstico — encarregadas dos cuidados da casa e dos filhos —, os homens estavam mais presentes em atividades no âmbito público, sendo responsáveis pela provisão de bens materiais e da segurança da família. No decorrer do tempo,

[...] a ascensão das cidades e estados aumentou a separação dos gêneros e dos papéis de gênero, como também aumentou a distinção entre classes e ocupações. Homens monopolizaram a política e os cargos religiosos e econômicos mais poderosos, enquanto as mulheres estavam cada vez mais especializadas na esfera doméstica, a qual incluía conceber e educar os filhos e uma variedade de ocupações vitais realizadas dentro ou perto de casa (KEDDIE, 2006a, p. 14) (tradução nossa).

Isso fez com que, segundo Keddie (2006a), o Estado e a ordem patriarcal familiar se reforçassem mutuamente, haja vista que o patriarcalismo atuava como um instrumento para assegurar a manutenção da ordem e das relações de gênero sob a supremacia dos homens.

As civilizações anciãs do Oriente Médio já tinham no cerne das suas relações sociais uma dinâmica de domínio masculino, a qual refletiu na reprodução de costumes que são por vezes concebidos como islâmicos. Um dos maiores exemplos desses costumes é a utilização do véu pelas mulheres. Diferentemente do que se argumenta, o véu não é característica exclusiva da cultura islâmica; esta tradição acompanha as sociedades do Oriente Médio desde o período tribal. De acordo com Keddie (2006a), nos períodos mais remotos do Oriente Médio, o uso do véu representava uma estratificação social, em que as mulheres pertencentes às elites eram obrigadas a usá-lo, enquanto as escravas e concubinas eram privadas desse costume. Já Mackey (2008) argumenta que o costume do véu, no caso específico da sociedade persa, teria sido adotado durante o governo de Ciro, com o objetivo de salvaguardar a

castidade das mulheres. Independentemente das razões que levaram essas sociedades a inserir a tradição do véu na sua dinâmica social, o fato é que esse costume data períodos muito anteriores à revelação do Islã.

É imprescindível ressaltar que as organizações tribais e os centros urbanos predominantes no Oriente Médio pré-islâmico não se manifestaram de maneira uniforme e padronizada, ao contrário; cada qual desenvolveu uma estrutura política, econômica e social baseada nas suas próprias necessidades e realidades. Dentro dessas particularidades, estão inseridos diferentes níveis de atuação das mulheres nas relações sociais, as quais, conforme dissertam alguns autores, antes da instituição do Islã desempenhavam papéis com maior protagonismo público. Smith (1985), adepta a essa concepção, apesar de reconhecer que as mulheres na era pré-islâmica já eram tratadas como uma espécie de propriedade masculina, argumenta que,

por outro lado, elas eram por necessidade fortes e resilientes, preparadas para lidar com a vida difícil de uma terra essencialmente desértica cujos perigos incluíam a constante ameaça de guerra e saqueio, em que elas poderiam ser a recompensa (p. 22) (tradução nossa).

No cenário de guerras e invasões que assolavam o Oriente Médio no período pré-islâmico, as mulheres eram, de fato, frequentemente tomadas como prisioneiras. Essa circunstância, no entanto, não deve ser interpretada como um êxito da participação pública feminina, ao contrário, as razões que levavam as mulheres a serem vítimas recorrentes de aprisionamento estavam alicerçadas justamente na concepção da mulher como propriedade masculina. Muito além das altas recompensas que poderiam ser obtidas com a captura de reféns, o aprisionamento das mulheres era visto como uma vantagem pelos homens das tribos no sentido em que lhes permitiam

[...] casar com elas sem um dote e ter mais filhos, aumentando assim o seu número e, por consequência, sua força, o que poderia elevar seu status entre outras tribos. Além disso, ao levar as mulheres em cativo, maior humilhação é sustentada pelo seu inimigo, de modo que, por vezes, o principal objetivo de um homem era tomar as mulheres do inimigo como prisioneiras, a fim de infringir vergonha e humilhação sobre toda a tribo inimiga (SULAIMANI, 1986, p. 11) (tradução nossa).

Havia nessa prática uma forte presença da concepção de honra masculina, a qual, segundo Keddie (2006a) está fundamentada no domínio dos homens sobre as mulheres,

especialmente em termos de sexualidade, em que a virgindade e a castidade feminina são consideradas elementos de honra centrais.

Apesar de existir argumentações que apontam para um contexto de relativa liberdade e participação pública das mulheres no período tribal, como ressalta Smith (1985) quanto ao papel de liderança desempenhado pelas mulheres na vida pública da comunidade pré-islâmica, notoriamente no âmbito religioso, não se deve maximizar a existência de sociedades dotadas dessas características. Embora sejam escassas as fontes de informação que tratam desse período, é possível inferir, a partir dos estudos existentes, que a maioria maciça das comunidades pré-islâmicas do Oriente Médio estava estruturada sobre bases patriarcais, exaltando costumes que seriam parcialmente absorvidos e reformados pelo Islã. Ao contrário do que afirma Smith (1985) acerca dos benefícios da inexistência de uma lei codificada que delimitasse o papel da mulher na sociedade pré-islâmica, o que permitia, assim, sua participação social de acordo com sua própria personalidade, a revelação do Alcorão e a instituição do Islã trouxeram reformas significativas no âmbito das relações de gênero do século VII.

Um dos temas de maior polêmica acerca da religião islâmica centra-se nas tradições matrimoniais, onde estão inseridos outros costumes corriqueiramente questionados, tais como o divórcio e a poligamia. Essas tradições, no entanto, estão essencialmente fundamentadas nas dinâmicas das sociedades que antecedem a revelação do Islã, tendo sido reformadas e introduzidas no contexto das leis islâmicas. A cultura do matrimônio islâmico está inserida em um emaranhado de fenômenos herdados das comunidades precedentes, sendo que, a fim de compreender seus hábitos e tradições, é necessário entender primeiro qual era a sua função para as comunidades da época.

Não apenas no cenário do Império Persa, mas em toda a região da Arábia, a família compunha a base da ordem social, ao redor da qual eram desenvolvidas as dinâmicas das sociedades tribais. A família exercia papel fundamental na garantia da unicidade e da estabilidade política e social dessas comunidades frente às iminentes e recorrentes ameaças de invasão e saqueio. O matrimônio foi concebido, a partir desse contexto, como uma ferramenta eficaz para perpetuar essa unidade e fortalecer, assim, o poder das tribos. Desde uma concepção geral, o matrimônio nas comunidades pré-islâmicas "[...] não era um assunto privado, mas a própria tribo tinha o direito de aceitar ou recusar qualquer matrimônio, o que dependia de quanto a tribo iria se beneficiar [...]", ou seja, o "[...] matrimônio era o caminho prático de fazer alianças com outras tribos" (SULAIMANI, 1986, p. 17) (tradução nossa). A partir dessa concepção foi que o casamento entre primos tornou-se costumeiro, pois almejava

manter a estabilidade da tribo e afastar a presença ameaçadora de estrangeiros e desconhecidos.

Em decorrência do caráter pouco privado até então atribuído ao matrimônio, as mulheres eram carentes de qualquer direito matrimonial. O pagamento do dote, prática comum desde aquele período, era realizado diretamente à família da mulher, tradição que fora redefinida a partir da instituição do Islamismo. Apesar de não eliminar esse costume, as leis islâmicas determinaram que o dote deveria ser pago à mulher, e não mais aos seus familiares. Essa mudança, apesar de parecer pouco notória, teve um impacto social significativo, haja vista que concedeu às mulheres o direito de possuir riqueza material, outorgando-lhes certa independência econômica, antes inexistente (CLEVELAND; BUNTON, 2009). As leis islâmicas reconfiguraram também a dinâmica do divórcio, privilégio até então concedido apenas para os homens. Segundo Cleveland e Bunton (2009), embora a disparidade de direitos quanto ao processo de divórcio tenha se mantido, o Alcorão refreou a capacidade ilimitada dos homens em se divorciar e concedeu às mulheres o direito, ainda que muito limitado, de solicitar o divórcio.

Do mesmo modo, o exercício da poligamia pelos homens fora herdado dos remotos tempos pré-islâmicos — inclusive do Judaísmo — e, apesar de não ter sido extinto com o advento do Islã, passou por um processo de reforma, o qual limitou o número de mulheres com quem cada homem poderia casar-se, algo inexistente até então. Aos olhos de algumas interpretações, muito além de uma reforma na prática da poligamia, o Islamismo, por meio de seus escritos, teria sugerido o fim dessa tradição. De acordo com o Alcorão,

[s]e temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que tendes à mão. Isso é o mais adequado, para evitar que cometais injustiças (ALCORÃO SAGRADO, 4:3).

Ao afirmar, ao mesmo tempo, que "[...] [n]ão podereis, jamais, ser equitativos com vossas esposas, ainda que nisso vos empenheis" (ALCORÃO SAGRADO, 4:129), o Alcorão deu ampla margem à interpretação da condenação da poligamia.

Outro importante avanço instituído pelo Islamismo no contexto do século VII, fora do âmbito matrimonial, ocorreu no âmbito da distribuição da herança. Ao contrário do processo de divisão da herança reproduzido no período pré-islâmico, quando herdar era um direito exclusivo dos homens, o Islamismo concedeu às mulheres o acesso a esse benefício. Embora as leis islâmicas tenham definido uma distribuição não igualitária dessa herança — haja vista

que fora destinada às mulheres uma parcela de bens inferior àquela recebida pelos homens —, filhas, irmãs e avós passaram a fazer parte do círculo de herdeiros. (CLEVELAND; BUNTON, 2009). As mulheres, que antes eram mantidas à parte desse processo, obtiveram, a partir da instituição do Islã, maior notabilidade, uma vez que alcançaram status legal e relativa liberdade econômica.

A distribuição não igualitária da herança suscitada pelo Alcorão deve ser entendida, contudo, dentro do contexto de dependência econômica das mulheres frente aos homens, originado nas primeiras estratificações das relações de trabalho entre os gêneros. Desde essa divisão, a responsabilidade em suprir as necessidades materiais da família tem recaído exclusivamente sobre o homem, estando a mulher ausente de quaisquer obrigações econômicas. Essa tradição abriu, portanto, o precedente para que a maior parte da herança fosse pelos homens herdada. Do mesmo modo, a supremacia econômica masculina deu margem para o desenvolvimento de uma percepção de autoridade dos homens, que lhes permitiu conduzir as relações, sobretudo, matrimoniais, a seu modo. A dependência econômica das mulheres, que até então não possuíam outra fonte de recursos se não aquela proveniente de seus maridos, criaram ambiente favorável ao desenvolvimento das tradições supracitadas, notoriamente da prerrogativa masculina da poligamia e do divórcio.

O contexto no qual estavam inseridas as comunidades do Oriente Médio antes da instituição do Islamismo, nesse sentido, forneceu o arcabouço cultural e social para o desenvolvimento das tradições islâmicas. Desde os costumes cotidianos mais simplórios do âmbito familiar até a formação de estruturas políticas e religiosas mais institucionalizadas, a dicotomia entre masculino e feminino se fazia presente. O Islamismo herdou, assim, uma organização social pré-determinada, enraizada na hierarquização de gênero, e, ao mesmo tempo em que incorporou essa estratificação social, propôs importantes modificações para amenizá-la, ainda que não para eliminá-la. O advento do Islamismo, no entanto, não estabeleceu um código de conduta padronizado e imutável no Oriente Médio, nem mesmo no âmbito das relações de gênero, que tiveram mudanças significativas no decorrer dos séculos.

3.2 As relações de gênero na Pérsia islâmica

Nos séculos subsequentes à revelação do Islã, o desdobramento de importantes eventos conduziram as sociedades locais a novas dinâmicas e organizações políticas e sociais. A interação da religião islâmica com distintas civilizações, resultado da expansão árabe e da ascensão de novos impérios na região, pode ser considerada um deles. A introdução de novas

tradições, trazidas pelas civilizações mais longínquas, imprimiu às comunidades da região costumes variantes, construídos paulatinamente conforme a interlocução de componentes culturais e religiosos. No Império Persa, as inúmeras invasões externas fomentaram fortes oscilações no âmbito das relações de gênero, atribuindo às mulheres um status ora mais marginalizado ora mais considerável. O evento mais expressivo para compreender as redefinições dos panoramas político e social do Oriente Médio a partir do século VII foi, no entanto, a morte do Profeta Muhammad (Maomé), em 632, e a consequente fragmentação do Islamismo em subgrupos religiosos.

A morte do Profeta, muito além de refletir no contexto político e religioso da Arábia e do século VII, teve consequências que permeiam todo o mundo muçulmano até os dias de hoje. As lacunas deixadas por Muhammad na interpretação de alguns de seus ensinamentos incitaram uma infinidade de desavenças e contradições, mas nenhum tema gerou debates tão profundos e inquietantes como a questão da sucessão do Profeta. A ausência de passagens corânicas que explicitassem a indicação de um sucessor capaz de dar continuidade à missão política e religiosa do Profeta Muhammad conduziu os crentes do Islamismo à definição própria de quem seria o líder religioso ideal para suceder o Profeta. A interpretação unilateral dos ensinamentos deixados por Muhammad, no entanto, não poderia resultar em outro cenário se não na incongruência de ideias entre os seus seguidores, o que suscitou a divisão do Islã em dois subgrupos principais: o Xiismo e o Sunismo, ainda que a instituição dessa divisão tenha se tornado clara apenas com o passar do tempo.

De acordo com a crença sunita, que abarcava a maioria dos adeptos do Islamismo daquele período, os reais sucessores do Profeta eram os califas, os quais eram concebidos como líderes religiosos, mas desprovidos de poderes divinos. Para o Sunismo,

[...] embora os califas representassem a liderança religiosa da comunidade, sua autoridade era temporal, e eles deixaram questões de doutrina e jurisprudência para os ulemás⁵. Os califas eram responsáveis por apoiar a Sharia e assegurar que as oportunidades para o cumprimento de um modo de vida islâmico prevalecesse dentro da comunidade (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 31) (tradução nossa).

O Xiismo, ao contrário, admitia que a sucessão deveria seguir a descendência de Muhammad, considerando Ali ibn Abu Talib, primo e genro do Profeta, e seus descendentes

⁵ Classe de sábios dedicados ao estudo do Islã, os quais possuem um conhecimento profundo acerca dos ensinamentos islâmicos e atuam, assim, como árbitros da Sharia (direitos islâmicos). Os ulemás estão muito mais presentes nas comunidades xiitas.

como a única linhagem digna da sucessão⁶, admitindo todos os demais califas como usurpadores (CLEVELAND; BUNTON, 2009). O Xiismo, no entanto, possuía — e ainda possui — um número de adeptos muito mais reduzido do que o Sunismo, o que conduziu a comunidade islâmica daquele período a eleger Abu Bakr (632-634) como primeiro califa a suceder Muhammad, em detrimento de Ali. Após a morte de Bakr, os califas Umar (634-644) e Uthman (644-656) deram continuidade à sucessão, ascendendo Ali ao califado apenas após a morte de Uthman, no período entre 656-661. Enquanto para os sunitas a sucessão do Profeta estava limitada aos quatro primeiros califas, de Abu Bakr a Ali, para os xiitas os sucessores do Profeta eram os Imames, que teriam sido nomeados pelo próprio Profeta, sendo Ali o primeiro deles⁷.

Os diferentes panoramas nos quais se desenvolveram o Xiismo e o Sunismo influenciaram a construção de distintas tradições entre as duas correntes, não se detendo apenas nas divergentes interpretações no âmbito da sucessão. As relações de gênero, por exemplo, adotaram algumas características distintas nos dois grupos. O matrimônio temporário⁸, prática herdada das comunidades pré-islâmicas e que se perpetuou durante os primeiros anos do Islã, foi proibida durante o califado de Umar. Embora essa prática esteja proibida entre os muçulmanos sunitas, entre os xiitas esse costume se manteve, e é regido por regras legais específicas (KEDDIE, 2006a). Do mesmo modo, segundo Keddie (2006a), a distribuição da herança teve repercussões diferentes nas duas correntes, sendo que as leis xiitas outorgam maiores direitos às mulheres do que as leis sunitas.

Durante as três décadas de oscilações dos califados, a comunidade islâmica esteve inserida em um conturbado e conflituoso cenário de disputas de poder entre xiitas e sunitas. O

⁶ Os xiitas fundamentam a crença na sucessão direta do Profeta por Ali com base em inúmeros eventos narrados nas Tradições. Dentre os eventos mais notórios, destaca-se o episódio de Ghadir Khumm, que teria sido narrado por mais de trezentos e sessenta tradicionalistas. Em Ghadir Khumm, o Profeta teria reconhecido a Ali como o Comandante dos Crentes, o mestre sucessor, em frente a uma multidão de cerca de cem mil pessoas (SHIRAZI, 2009). Os sunitas também reconhecem o evento de Ghadir Khumm e todas as qualidades do califa Ali, contudo, para eles, Ali não é o primeiro califa da linha sucessória do Profeta.

⁷ Há divergências, contudo, dentro da própria crença xiita acerca de quantos foram os sucessores de Muhammad. No Irã, a vertente xiita predominante é a duodécima, que admite a existência de doze Imames, sendo o último Muhammad ibn Hasan, o Imam Mahdi, que teria entrado em estado de ocultação, no qual permanece até os dias de hoje.

⁸ O casamento temporário constitui-se de um matrimônio com prazo fixo, em que o homem e a mulher decidem, ao final do prazo estipulado por ambos, se desejam prolongá-lo ou se preferem a separação. No casamento temporário o casal tem maior liberdade para definir os termos e condições do contrato que regerá a relação, tanto em assuntos econômicos, de poligamia, filhos, entre outros. O casamento temporário “[...] no que diz respeito aos limites e condições, é ‘livre’, isto é, depende da escolha e do contrato entre as duas partes. O fato do casamento ser temporário dá a ambas as partes uma espécie de liberdade porque podem exercer o seu arbítrio. No caso de um casamento permanente, nenhuma das duas partes (sem o consentimento da outra) tem o direito de se coibir de ter filhos ou praticar o controle de nascimento, mas num casamento com prazo fixo o consentimento do outro não é necessário” (MOTAHARI, 2008, p. 48).

conflito não findou com assassinato de Ali, em 661, pelo califado Omíada (661-749), ao contrário, estendeu-se durante todo o período dessa dinastia: primeiro, sob o comando de Hassan, filho primogênito de Ali, que logo renunciou e foi sucedido por seu irmão Hussein, o qual, em meio a corriqueiras perseguições, foi massacrado junto com seu grupo pelas forças armadas do califa omíada Yazid, em 680; e posteriormente por outros grupos xiitas, que se formaram a partir do desenvolvimento do caráter político-religioso do Xiismo (KEDDIE, 2006b). Em 749, a dinastia sunita abássida, frente ao enfraquecimento dos omíadas, ascendeu ao poder do califado. Embora os xiitas tenham corroborado com os abássidas no processo de derrocada do califado Omíada e tenham conquistado, inicialmente, relativa participação dentro da estrutura administrativa abássida, a grande expansão dos xiitas ao longo de todo o território muçulmano gerou um grande receio entre os califas, que passaram a ter maior monitoramento e controle sobre os Imames xiitas (MUHARRAMI, 2008). Esse contexto fomentou a intensa perseguição dos xiitas por parte dos califas abássidas, chegando a um grau de opressão mais acentuado durante os governos dos califas Mansur, Harun e Mutawakkil (MUHARRAMI, 2008). Nenhuma linhagem xiita, portanto, fora oficialmente adotada por parte dos califas nesse período. O Império Persa, apesar de estar diretamente influenciado pelos abássidas — que mudaram a capital do seu império de Damasco para Bagdá, estabelecendo uma maior proximidade com os persas — não adquiriu sua identidade xiita nesse período, o que ocorreu apenas com a ascensão do Império Safávida, em 1501.

O Império Abássida (749-1256), apesar de caracterizar-se como um período de intensa prosperidade econômica e intelectual na região, correspondeu a uma era de declínio significativo do status da mulher nas comunidades islâmicas. As sociedades medievais marcaram uma época de significativa marginalização e deterioração da figura feminina nas relações sociais, mostrando-se dotadas de ideias mais patriarcais que a sociedade onde foi originado o Islamismo. Para Keddie (2006a),

[...] após a primeira geração islâmica, as mulheres foram cada vez mais excluídas da participação na vida pública, e as mulheres urbanas da classe alta e muitas mulheres da classe média foram isoladas. Houve um aumento da visão negativa das mulheres, refletida nas interpretações teológicas e legais do Alcorão, nas Tradições, na lei e em outros escritos (p. 30) (tradução nossa).

No Império Persa, além da grande influência herdada da disparidade das relações de gênero vigentes no Império Sassânida, a acentuação da dicotomia entre homens e mulheres no período medieval pode ser atribuída ao crescente apelo feito às interpretações das fontes religiosas pelos estudiosos islâmicos.

O xiismo duodécimo, em teoria, não havia necessitado intervenções jurídicas nem interpretações nos primeiros séculos, [...] pois somente os imames podiam afirmar de forma correta, de fato infalível, sobre qualquer tema. Com o desaparecimento dos imames, no entanto, os duodécimos encontraram-se em uma posição praticamente paralela a dos primeiros sunitas: a fonte do juízo legal infalível havia desaparecido mas ainda assim seguiam surgindo assuntos que requeriam um juízo confiável, embora não infalível. Para satisfazer tal necessidade foram consolidando-se de forma gradual os *mujtahids*: estudiosos das leis e da teologia, cuja inteligência, formação e observância os qualificavam para realizar juízos sobre toda uma série de questões. Embora seus juízos eram infalíveis e careciam das qualidades divinas dos imames, dada sua aprendizagem e sua capacidade de resposta ante as necessidades populares foram ganhando um respeito que se potencializou ao longo do tempo (KEDDIE, 2006b, p. 38-39) (tradução nossa) (grifo nosso).

A interpretação cada vez mais subjetiva dos ensinamentos de Muhammad permitiu que muitas práticas e costumes locais fossem incorporados às leis islâmicas, tornando-as uma compilação cada vez mais complexa do Islã originalmente revelado e das convicções e valores dos *mujtahids*. O peso das particularidades de cada *mujtahid* no entendimento das fontes religiosas corroborou para que as tradições islâmicas não pudessem ser entendidas sem ser contextualizadas, impossibilitando o desenvolvimento de uma doutrina singular em sociedades com dinâmicas fundamentalmente distintas. A concepção de novas leis islâmicas relacionadas ao status da mulher na sociedade da época caracterizou o período medieval como um dos mais severos no âmbito das relações de gênero, o que voltaria a mudar no decorrer dos séculos.

No cenário do Império Persa, as invasões turca (Mamelucos) e mongol e a consequente queda do Império Abássida, no século XIII, trouxeram novas oscilações na dicotomia existente entre homens e mulheres. À diferença da organização social reproduzida entre os abássidas, a introdução de novos costumes na dinâmica persa por civilizações mais longínquas, resultou em uma conjuntura mais favorável para as mulheres. De acordo com Keddie (2006a), no contexto das civilizações turca e mongol, as mulheres exerciam um importante e ativo papel na esfera pública, estando muito mais perto das relações de gênero paritárias do que nos demais impérios. Em decorrência disso, as estruturas sociais turca e mongol, que se assemelhavam em termos de igualdade nas relações sociais entre homens e mulheres, refletiram gradualmente na atribuição de um papel público mais relevante às mulheres da sociedade persa, tendo repercussões de longo prazo (KEDDIE, 2006a). Ainda no período inicial da Dinastia Safávida (1501-1722), eram visíveis os impactos gerados pelas invasões anteriores, haja vista que o relativo poder público que as mulheres haviam adquirido se sobressaía, se comparado à era abássida.

A influência Ocidental que vinha sendo introduzida na Pérsia por meio das invasões estrangeiras desde a Dinastia Safávida intensificou-se na era Qajar (1785-1925), tornando o modelo de vida europeu característico dos 140 anos de governo dessa dinastia. A concepção de superioridade do Ocidente cultivada pelos líderes da administração Qajar e a aproximação britânica e russa ao território persa despertaram o interesse da Pérsia na cultura, valores e tecnologias dos europeus. O culto à civilização ocidental inseriu na sociedade persa o ideal de nação moderna, que só seria alcançado a partir da reprodução da dinâmica política e social europeia. A influência europeia, que fora introduzida primeiramente aos meios tecnológicos e militares — considerados únicos capazes de assegurar a integridade persa —, logo ganhou dimensão nos campos político, social e cultural (MODARES, 2007). A expansão dos ideais ocidentais dentro da cultura e sociedade persas não deixou de repercutir no status social das mulheres da Pérsia. Nesse período, as mulheres tornaram-se mais socialmente ativas e, em 1865, após requerer o acesso à educação para mulheres,

[...] Safiyeh Yazdi, a esposa do Xeiue Mohammad Yazdi, um dos renomados clérigos, abriu a primeira escola para mulheres denominada Aftiyeh em Teerã [...]. Ela lecionou na escola sobre os direitos das mulheres e instruiu sessenta e seis jovens mulheres, algumas das quais tornaram-se professoras e diretoras de futuras escolas. Eventualmente, outras mulheres juntaram-se a ela e ela fundou a *Women's Freedom Organization*, em 1868. Essa não foi a primeira vez que as mulheres mostraram seu poder e preocupação com questões sociais. Elas também participaram em comícios e objeções contra o governo no reino do Xá Nasir al-Din. Essa foi a primeira vez que as mulheres pediram por melhoria social e direitos iguais aos dos homens para a educação (MODARES, 2007, s/p) (tradução nossa).

No decorrer das décadas subsequentes, a participação e a mobilização social das mulheres iranianas fora crescente e, da mesma forma, as interpretações das leis islâmicas herdadas do período medieval e os novos costumes desenvolvidos a partir de então geraram inquietações e questionamentos entre alguns seguidores do Islamismo.

A crescente expansão colonial do Ocidente em direção à região do Oriente Médio trouxe uma visão mais modernizadora sobre muitos aspectos da vida cotidiana das sociedades islâmicas, principalmente sobre as relações de gênero. No entanto, apesar de haver algumas argumentações acerca da melhoria do status social das mulheres após a introdução do pensamento ocidental na dinâmica do mundo islâmico, as quais teriam adquirido maior acesso à educação e maior atuação pública, o fato é que o Ocidente não buscou romper a base patriarcal sobre a qual estavam estruturadas essas sociedades. As corriqueiras críticas aos costumes reproduzidos pelo Islamismo, como a poligamia e o uso do véu, não devem ser interpretadas como uma luta do Ocidente contra a supremacia masculina herdada pelas

comunidades da região. Ao contrário, a crítica ocidental deve ser entendida dentro do contexto orientalista, em que as disparidades culturais serviram — e servem — como respaldo para justificar a concepção de inferioridade atribuída aos não ocidentais e assegurar, assim, a manutenção da relação colonialista de dominante e dominado. De acordo com Said (2007),

[t]ornou-se frequente, em relação ao oriente, o uso de expressões peculiares, e essas expressões se assentaram com firmeza no discurso europeu. Por baixo das expressões, havia uma camada de doutrina sobre o Oriente; essa doutrina era modelada com as experiências de muitos europeus, todas convergindo para aspectos essenciais, como o caráter oriental, o despotismo oriental, a sensualidade oriental e coisas afins. [...] É portanto correto dizer que todo europeu, no que podia falar sobre o Oriente, era consequentemente um racista, um imperialista e um etnocêntrico quase por inteiro. [...] O Orientalismo, portanto, ajudou e foi ajudado por pressões culturais gerais que tendiam a tornar mais rígido o senso de diferença entre as regiões européia e asiática do mundo. A minha afirmação é que o Orientalismo é, no fundamental, uma doutrina política, imposta ao Oriente porque esse era mais fraco que o Ocidente, que elidia a diferença do Oriente com a sua fraqueza (p. 277).

As transformações que ocorreram nesses últimos séculos, após o fim do período medieval, incitaram, em certa medida, a reinterpretação dos ensinamentos islâmicos baseada em uma visão mais modernizadora, além de abrir espaço, no caso específico do Irã, para o desdobramento dos movimentos feministas, que tiveram maior notoriedade durante a Dinastia Pahlavi. O governo ocidentalizado da era Pahlavi, no entanto, não deve ser concebido como um período de reinvenção das relações de gênero no Irã, tampouco de grandes modificações do status político e social das mulheres. Como será visto no capítulo seguinte, a ocidentalização do Irã, apesar de eliminar alguns costumes atribuídos ao Islã, não rompeu com a cultura patriarcal iraniana, que está mais arraigada na dinâmica da sociedade do que da própria religião.

4 O STATUS DA MULHER NO IRÃ DO SÉCULO XX: A DINASTIA PAHLAVI E O ADVENTO DA REPÚBLICA ISLÂMICA

O século XX apresentou-se como um período de intensas transformações no status político e social das mulheres iranianas. No decorrer desse século, a participação pública feminina em manifestações tornou-se notória, abrindo espaço para crescentes articulações feministas, responsáveis por inúmeras mudanças sociais que se desenvolveram no país a partir de então. A participação feminina em atos públicos passou a ter significância com o advento da Revolução Constitucional, entre 1905 e 1911. Autores como Shojaei, Samsu e Asayeseh (2010), no entanto, afirmam que essa participação já havia sido estabelecida na Revolta do Tabaco⁹, em 1891, ao “[...] exercerem um papel ativo nesse evento e quebrarem todos os *hookahs* [narguilé], seguindo seu líder religioso, Mirza Shirazi, e resistindo contra as ordens diretas e o poder absoluto do Xá Nasir al-Din” (p. 258) (tradução nossa). Independentemente dessa afirmação, o fato é que até a Revolução Constitucional, a atuação pública feminina foi omissa e nenhuma mudança no status social da mulher havia sido adquirida.

O cenário que recebeu e, além disso, fomentou o desdobramento da Revolução Constitucional no Irã está estritamente relacionado ao cenário que impulsionou a Revolta do Tabaco, pouco mais de uma década antes. As crescentes pressões britânica e russa pelo estabelecimento de suas influências no país e, conseqüentemente, pela manutenção de seus interesses geoestratégicos na região, fez com que o Xá Nasir al-Din buscasse a cooperação militar com a Europa, a fim de garantir a segurança e a integridade do Irã. A concepção da tecnologia militar ocidental como instrumento único capaz de assegurar a estabilidade iraniana abriu espaço para o estabelecimento de laços mais estreitos entre o governo Qajar e a Europa, ampliando a influência ocidental dentro do Irã para áreas além da defesa nacional (MACKEY, 2008). De acordo com Mackey (2008), a vida de ostentação mantida pelo Xá tornou-se insustentável, o que conduziu-o ao apelo aos interesses econômicos europeus como nova fonte de riqueza individual. Assim, “[e]xercitando a prerrogativa da monarquia absoluta, o Xá Nasir ed-Din vendeu direitos de mineração, das estradas de ferro, dos bancários e até uma loteria para indivíduos, companhias e nações da Europa” (MACKEY, 2008, p. 142), expondo o Irã a uma relação de ainda maior vulnerabilidade com o Ocidente. As extravagâncias e o descaso do Xá para com a administração do Irã não findaram diante do

⁹ A Revolta do Tabaco foi um movimento iraniano contra a concessão do monopólio da venda e exportação do tabaco feita pelo Xá Nasir al-Din à Grã-Bretanha. O Irã se mobilizou em um boicote à comercialização do tabaco. A população deixou de fumar como forma de protesto contra a ação do Xá.

assassinato de Nasir, em 1896, ao contrário, foram herdadas e reproduzidas por seu filho mais velho e sucessor, Muzaffar al-Din.

O poder imensurável do monarca e a direção para qual o Irã estava sendo encaminhado encontrou forte resistência da população em 1905-1906, com o advento da Revolução Constitucional. O descontentamento com a crise econômica na qual o Irã imergia reuniu clérigos, comerciantes e intelectuais liberais em prol de uma reforma política que colocasse fim aos poderes absolutos do Xá, estando baseada no estabelecimento de um Parlamento e na elaboração de uma constituição. Foi em meio a esse cenário que os primeiros movimentos feministas no Irã tomaram forma. Apoiando os constitucionalistas contra o governo autoritário do Xá, a participação das mulheres em eventos como protestos e atos públicos foi notória. Além do apoio fornecido à luta dos homens, que resistiam com veemência às ordens do Xá, foi notável

[...] o papel efetivo das mulheres na Revolução Constitucional quando um grupo de mulheres formou assembleias para realizar atividades socioculturais. Por exemplo, elas foram divididas em vários grupos de proteção de clérigos, que vieram para as mesquitas para participar de palestras sobre as vantagens de um governo constitucional e crítica ao sistema de tirania (SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010, p. 258) (tradução nossa).

A atuação social das mulheres, contudo, não ficou limitada ao papel de auxiliares no movimento de resistência contra o Xá, ao contrário, no decorrer da revolução, as mulheres lutaram por uma constituição que concedesse melhorias ao seu status social. Reivindicações como o fim da poligamia, a igualdade de direitos no divórcio e na guarda dos filhos compuseram a pauta principal das mulheres, que já dispunham de associações e organizações mais estruturadas (SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010). Não detendo-se apenas às questões sociais, essas organizações passaram a incluir em sua pauta reivindicações de caráter político, como o direito ao voto. Em 1906, logrou-se o estabelecimento da Constituição iraniana e a criação do Parlamento (*Majlis*), que delimitava o poder até então absoluto do monarca. A Constituição estabelecida prezava pela igualdade dos cidadãos iranianos perante a lei, contudo, as mulheres não estavam enquadradas na definição de cidadão. Líderes religiosos e muitos homens do movimento constitucionalista “[...] não pensavam as mulheres como sendo capazes de discernimento político e jurídico” (MAHDI, 2004, p. 428) (tradução nossa).

Apesar do descaso dos parlamentares quanto ao apelo da participação política feminina, as associações de mulheres buscaram medidas alternativas aos atos públicos para dar continuidade às suas reivindicações. Essas organizações fomentaram publicações de

revistas e jornais¹⁰ que pudessem instruir as iranianas acerca da posição de subalternidade que lhes havia sido imposta e mobilizar, assim, as mulheres em prol da luta por seus direitos. No decorrer do século XX, inúmeras organizações de mulheres¹¹ foram surgindo e, paralelamente a isso, as publicações acerca da condição de vida das iranianas foram amplamente desenvolvidas¹². Essas publicações traziam em seu cerne o debate acerca da estrutura patriarcal dominante no Irã, ressaltando, principalmente, questões relacionadas à educação para as mulheres, ao direito ao voto e ao uso do véu (MAHDI, 2004). Embora o direito à educação para as mulheres estivesse previsto na Constituição de 1906, partiu das organizações feministas a instituição das primeiras escolas para as mulheres. Em entrevista, Azadeh Kian-Thiébaud afirma que,

[v]endo que não poderiam esperar que o Estado o fizesse, elas [organizações] começaram a agir, por exemplo, criando escolas para as jovens — existiam escolas para moças, mas eram escolas de missionários americanos, franceses e ingleses, e sobretudo eram as mulheres cristãs que as freqüentavam. As muçulmanas de famílias aristocráticas tinham cursos particulares em casa, e as mulheres do povo eram analfabetas (RIAL, 2008, p. 146).

Influenciadas majoritariamente pelos movimentos feministas ocidentais, as organizações de mulheres que se desenvolveram no Irã tinham grande respaldo na imagem da mulher moderna retratada pelo ocidente, o que estava refletido não apenas na educação. A questão do uso do véu foi incorporada ao escopo de críticas ao modelo de vida levado pelas iranianas. Segundo Azadeh Kian-Thiébaud, no entanto, a condenação do uso do véu encontrou resistência em outras organizações de mulheres, que afirmavam não ser necessária a negação das tradições islâmicas para o desenvolvimento do perfil da mulher moderna entre as iranianas (RIAL, 2008). O desenvolvimento do movimento feminista no Irã, embora tenha sido fortemente impulsionado pela aproximação com o pensamento europeu e liberal

¹⁰ Dentre as principais revistas de publicações feministas que surgiram no Irã nas primeiras décadas do século XX estão: *Daanesh*, *Jahaan-e Zanaan*, *Shekoufeh*, *Zabaan-e Zanaan*, *Zanaan-e Iran* e *Naameh Baanouvaan* (MAHDI, 2004).

¹¹ As mais notórias organizações de mulheres que atuaram independentemente do governo iraniano durante a Dinastia Pahlavi foram: *Jamiat-e Nesvaan-e Vatankhaah-e Iran* (The Patriotic Women's League of Iran – A Liga Patriótica das Mulheres do Irã), *Tashkilaat-e Zanaan-e Iran* (The Organization of Iranian Women – A Organização das Mulheres Iranianas), *Hezb-e Zanaan*, (Women's Party – Partido das Mulheres) e *Jamiat-e Zanaan* (Women's League – Liga das Mulheres). Junto a essas, acrescentam-se as organizações de mulheres associadas aos partidos políticos, tais como *Sazmaane Demokratike Zanaan* (Women's Democratic Organization – Organização Democrática das Mulheres), afiliada ao Tudeh Party (Partido Tudeh); *Nehzate Zanaane Pishro* (Women's Progressive Movement – Movimento Progressivo das Mulheres), afiliada ao Society of Iranian Socialists (Sociedade dos Iranianos Socialistas); e *Komiteh-ye Zanaan* (Women's Committee – Comitê das Mulheres), afiliada ao Nation's Party of Iran (Partido da Nação do Irã) (MAHDI, 2004).

¹² As publicações que surgiram com uma abordagem estritamente social desenvolveram, no decorrer das décadas, textos concernentes também aos direitos políticos e econômicos das mulheres.

ocidental, assim como pelas conquistas que vinham sendo adquiridas pelos movimentos feministas estadunidense e britânico (MAHDI, 2004), não possuiu uma estrutura única e coesa, que representasse tão somente um ponto de vista. As mulheres islâmicas, assim como aquelas de tendência secular, estavam envolvidas no mesmo processo de luta por direitos, centrando-se, acima de tudo, na busca pela participação política até então vetada para as mulheres. Desde os primórdios do movimento feminista iraniano até os dias atuais, há uma divisão clara entre organizações feministas seculares e islâmicas, as quais, embora tenham um entendimento distinto em muitas questões que versam sobre as relações de gênero, concebem o Irã como uma sociedade patriarcal e buscam reverter esse cenário, dando maior abertura à participação pública feminina, cada qual à sua maneira.

O intenso envolvimento das organizações feministas da Revolução Constitucional, apesar de avançar minimamente no status jurídico das mulheres no Irã, foi a força propulsora do fortalecimento e desenvolvimento dos movimentos feministas no país. As iranianas, a partir de sua participação maciça na Revolução Constitucional, iniciaram um longo processo de lutas e articulações feministas, que se intensificaram no decorrer do século XX. Desde então, suas conquistas e progressos em termos de participação social, política e econômica têm crescido consideravelmente.

4.1 A Dinastia Pahlavi e a ocidentalização do cenário iraniano

O cenário que serviu como pano de fundo para o estabelecimento da nova era monárquica do Irã, a Dinastia Pahlavi (1925-1979), estava novamente relacionado ao intervencionismo ocidental, dessa vez executado de maneira mais veemente pela Rússia – e posteriormente pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – e Grã-Bretanha. Com objetivos claramente imperialistas, essas duas forças travaram em solo iraniano um intenso conflito pela manutenção de sua influência e de seus interesses no território. A ocupação do nordeste iraniano pelas tropas russas, em 1911, e a influência que a Grã-Bretanha já detinha sobre o governo Qajar resultaram em uma conjuntura de total perda de independência do Irã frente às forças estrangeiras nos anos subsequentes. Em 1917, a eclosão do conflito interno russo e a consequente redução das forças russas do território iraniano não facilitou, ao contrário do que se imaginava, o estabelecimento do controle absoluto britânico sobre o Irã. A permanência das tropas russas por anos no território iraniano havia incitado o fortalecimento do pensamento nacionalista na região e a formação de grupos anti-britânicos, movidos pela herança do pensamento socialista-soviético (MATIN-ASGARI, 2012). Frente a

um cenário de intensas mobilizações nacionalistas e crescente repúdio à intervenção ocidental, a Grã-Bretanha teve de buscar alternativas que viabilizassem a manutenção de seus interesses na região. Nessa lógica, a “nova estratégia imperial da Grã-Bretanha agora favorecia um Estado iraniano centralizado que pudesse impor ordem, assegurar o acesso contínuo britânico ao petróleo do país, e manter os soviéticos afastados” (MATIN-ASGARI, 2012, p. 347) (tradução nossa). Esse panorama, portanto, criou as condições necessárias para a ascensão de Reza Khan no cenário político iraniano.

Em 1925, após quatro anos de domínio militar sobre a região de Teerã, Reza Khan, oficial militar que emergiu como símbolo heroico no Irã em decorrência de suas declarações nacionalistas e de suas lutas contra as forças de invasão estrangeiras, converteu-se no mais novo Xá iraniano, colocando um fim definitivo na regência Qajar.

4.1.1 Xá Reza Pahlavi (1925-1941)

A administração do Xá Reza Pahlavi (1925-1941), como fora denominado, deu início a uma nova era monárquica na história iraniana: a Dinastia Pahlavi, que durante seus 54 anos de governança fora caracterizada por uma política modernizadora, ocidentalizada e autoritária. Obcecado pelas conquistas materiais do Ocidente, o Xá Reza vislumbrou um futuro modernizador para o Irã, dotado de progresso e desenvolvimento e assentado sobre bases burocráticas e militares centralizadoras. Frente a uma economia atrasada e a uma sociedade fracionada, herança de séculos de absolutismo monárquico e de invasões estrangeiras, o Xá encontrou na militarização das forças iranianas o instrumento necessário para reerguer o nacionalismo no país e afastar o domínio das forças estrangeiras sobre o território.

Ao contrário da administração Qajar, que governava tão somente na região de Teerã, a Dinastia Pahlavi buscou incluir as comunidades iranianas tribais e rurais sob o domínio monárquico do Xá. Desse modo,

[a] prioridade de Reza Khan durante a década de 1920 foi a unificação e expansão das forças armadas iranianas sob seu próprio comando firme. Fiéis aos padrões globais, as forças armadas recém-centralizadas conquistaram então uma série de territórios praticamente autônomos, congregando-os para formar uma nação moderna (MATIN-ASGARI, 2012, p. 348) (tradução nossa).

Paralelamente ao fortalecimento das forças militares iranianas, as reformas infraestruturais e econômicas do país deram início ao tão sonhado plano modernizador do Xá.

Com o apoio de países até então ausentes do cenário iraniano, como Alemanha e Estados Unidos, o processo de desenvolvimento de ferrovias e o impulso dado à indústria nacional tornaram-se alguns dos mais notáveis progressos modernizadores do Irã. Para dar seguimento ao projeto de desenvolvimento ocidentalizado, contudo, os impactos sociais foram significantes. As tribos iranianas, além de serem submetidas à administração monárquica de Reza Khan, tiveram que adaptar-se ao modelo econômico implantado por ele, que condenava a economia pré-capitalista, uma vez que essa não correspondia ao cenário de um Estado moderno (MACKEY, 2008).

A administração Pahlavi converteu-se em um governo discricionário, no qual a repressão à oposição de qualquer natureza e a centralização do poder político tornaram-se características notórias do período. O autoritarismo do Xá estendeu-se à supressão da atuação política do *Majlis*, consolidado em 1906 após a densa revolução popular iraniana, e à limitação do poder político do clero, haja vista que, de acordo com a concepção de modernização tida por Reza Pahlavi, o Estado deveria seguir uma orientação secular, sendo o Islamismo sinônimo de retrocesso (MACKEY, 2008).

Ciente do importante peso exercido pelo Xiismo na cultura do Irã, o projeto iraniano de secularização fora menos ambicioso do que aquele implementado por Atatürk, na Turquia. Reza Khan não extinguiu as lideranças islâmicas de todo o processo decisório do Estado, no entanto, limitou a sua autonomia em grandes proporções. A luta entre o ideal do Estado secular e a influência política xiita travada pelo Xá e pelo clero teve repercussão em diferentes níveis na esfera social iraniana. A redução da influência clerical foi notória no âmbito da educação. Embora a administração Pahlavi tenha ampliado consideravelmente o acesso à educação para meninos e meninas, tendo, inclusive, instaurado a primeira universidade do país, em 1928, as escolas e universidades foram construídas estritamente com base no modelo de educação ocidental. As escolas, que até então eram limitadas ao ensino religioso — islâmico ou não —, encerraram suas atividades por determinação do xá, e “[...] só uma forma de educação primária e secundária permanecia. Era a secular e pertencia ao Estado” (MACKEY, 2008, p. 180).

Dentro do plano de desenvolvimento do Xá, onde o secularismo era entendido como um pilar essencial para lograr a modernização do Irã, as reivindicações feministas encontraram, junto às demais políticas sociais, como a ampliação da educação, um espaço para inserir-se na agenda do governo. A atuação das organizações de mulheres, que vinham desenvolvendo suas atividades desde o início do século, tomou impulso quando o Xá Reza Pahlavi percebeu-as como um aliado potencial na luta contra a influência islâmica no país. No

decorrer do governo de Reza Khan, seguindo as doutrinas sociais ocidentais, as mulheres lograram um maior espaço de atuação na esfera pública, desafiando a opinião de muitos parlamentares e religiosos.

Alguns dos significativos avanços promovidos pela monarquia Pahlavi no que tange ao status social feminino na sociedade iraniana foi a concessão do direito à solicitação do divórcio pelas mulheres, ainda que sob certas condições, e o estabelecimento da idade mínima matrimonial de 15 anos para as mulheres (MAHDI, 2004). Além disso, o projeto modernizador de Reza Pahlavi, como já mencionado, trouxe progressos significativos para as mulheres no campo da educação. A fim de fomentar o progresso do Estado, o Xá aumentou os investimentos na educação, ampliando o acesso de meninos e meninas ao ensino público ocidentalizado, o que direcionaria o Irã, na sua concepção, a um caminho progressista e de desenvolvimento.

Tabela 1 — Expansão da educação pública no Irã durante a primeira era da Dinastia Pahlavi, 1923-1924 e 1940-1941

	1923-1924	1940-1941
Alunos em creches	0	1.500
Escolas Primárias	83	2.336
Alunos em escolas primárias	7.000	210.000
Escolas secundárias	85	245
Alunos em escolas secundárias	5.000	21.000

Fonte: ABRAHAMIAN, Ervand, 2008, p. 84, (tradução nossa).

Ainda que as mudanças sociais e educacionais para as mulheres tenham sido positivamente desenvolvidas a partir da implementação do modelo de governo ocidental pelo Xá, o resultado não foi o mesmo no âmbito das reivindicações políticas. O caráter despótico do Xá Reza Pahlavi não tolerava quaisquer organizações e movimentos independentes que não estavam em conformidade com sua doutrina. Desse modo, diversas associações de mulheres foram vítimas de repressão e acabaram sendo desintegradas. A criação do *The Ladies Center* (1913) — organização de mulheres controlada pelo governo central do Irã — fomentou uma agenda voltada especialmente para a promoção do bem-estar social das mulheres iranianas. No entanto, a real intenção do poder monárquico em expandir os direitos sociais das mulheres era desarticular as organizações mobilizadas em prol de objetivos

políticos. As mobilizações femininas em torno da reivindicação dos direitos eleitorais para as mulheres já havia sido iniciada e negada pelo *Majlis*. O *The Ladies Center* surgiu, nesse sentido, como um instrumento político cuja finalidade era criar uma imagem de participação e envolvimento da mulher na sociedade, ao mesmo tempo em que fomentava a despolitização dos movimentos feministas (MAHDI, 2004).

Embora tenha avançado minimamente nas questões relacionadas à igualdade de gênero, o panorama ocidental implementado pelo Xá Reza Pahlavi no cenário iraniano não chegou nem perto de superar, ou mesmo de questionar, as estruturas patriarcais sobre as quais foram construídas as relações de gênero no Irã. Ao tentar importar um modelo de sociedade pronto e incompatível com a realidade iraniana, ou com qualquer outra realidade alheia às experiências ocidentais, a modernização nos moldes ocidentais chegou a gerar desconforto e marginalização das mulheres em sua própria sociedade. Um dos maiores episódios que elucidam que a incorporação da realidade política, social e cultural ocidental não é a alternativa factual para o estabelecimento de relações de gênero paritárias, foi a proibição do uso do véu pelas mulheres, determinada pelo Xá em 1936. A dispensa do uso do véu, que já havia criado uma atmosfera de tensão entre as lideranças clericais e o monarca, converteu-se em um dos episódios de maior tensão entre esses dois polos ao transformar-se em proibição.

A proibição, que simbolizou a direção ocidental em que a classe dominante pretendia conduzir a sociedade e sinalizou a vontade das classes altas em mostrarem-se “civilizadas”, foi recebida de forma bastante diferente pelas classes populares. Mesmo rumores do movimento provocaram agitação; manifestações eclodiram, mas foram brutalmente esmagadas. Para a maioria dos iranianos, tanto mulheres quanto homens, o véu não era, como um historiador das mulheres iranianas observou, um “símbolo do atraso”, que os membros das classes altas sustentavam que era, mas “um sinal de propriedade e um meio de proteção contra os olhos ameaçadores de homens estranhos” (AHMED, 2000, p. 1299) (tradução nossa).

Embora as mulheres de alta classe e/ou mais instruídas celebrassem a decisão do Xá, a proibição do uso do véu não representou um avanço no status social das mulheres iranianas. Ao contrário do que possam pensar algumas feministas ocidentais, a proibição do véu não libertou as mulheres islâmicas de uma condição de subalternidade, ao revés, inibiu a participação feminina na sociedade, dado que grande parte delas deixou de frequentar os espaços públicos.

A concepção de que a transposição dos costumes e valores reproduzidos pelo Ocidente a uma sociedade dotada de convicções sociais e culturais próprias é o caminho lógico para a

superação dos desafios da inserção pública das mulheres não encontra respaldo no governo do Xá Reza Pahlavi. É importante ter em vista que,

[...] a conexão entre os temas de cultura e mulheres, e mais precisamente entre as culturas dos Outros homens e da opressão das mulheres, foi criada pelo discurso ocidental. A ideia [...] de que a melhoria do status das mulheres implica abandonar costumes nativos foi produto de um momento histórico particular e foi construído por um estabelecimento colonial androcêntrico, comprometido com a dominação masculina a serviço de fins políticos particulares (AHMED, 2000, p. 1299) (tradução nossa).

As estruturas que condicionam as relações de gênero a uma realidade desigual, portanto, estão fundamentadas em bases muito mais complexas do que a simples doutrina governamental. As bases legais compõem tão somente um reflexo do que vem a ser o grande responsável pela marginalização da participação pública feminina: as dinâmicas sociais imbuídas de concepções patriarcais.

4.1.2 Xá Reza (1942-1979)

O projeto de modernização do Irã por vias ocidentais, iniciado na primeira era da Dinastia Pahlavi, não fora interrompido após a sucessão de Reza Khan por seu filho Mohammad Reza Pahlavi. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a invasão do Irã pelas forças Aliadas em 1941, receosas com a aproximação de Reza Khan à Alemanha, embora tenha forçado a abdicação do Xá e a passagem do governo do Irã para seu filho, não significou o fim do ideal de progresso traçado no início do século. Ainda que o governo do Xá Mohammad Reza tenha desenvolvido políticas antagônicas ao do governo do seu pai em algumas esferas, a concepção do desenvolvimento ocidental manteve-se presente durante a segunda era da Dinastia Pahlavi e foi o marco característico dessa administração.

Além de lidar com a presença das forças estrangeiras no território iraniano até o fim da Segunda Guerra Mundial, o Xá Mohammad Reza teve de superar inúmeros desafios internos deixados pela administração anterior para consolidar sua posição como monarca.

Motivado pela necessidade de fortalecer sua frágil permanência no trono, o [X]á devolveu para o Estado muito da fortuna que seu pai acumulara e devolveu aos antigos donos uma porção grande da propriedade que seu pai confiscara. Ao mesmo tempo, ele livrou prisioneiros políticos, reduziu impostos e submeteu-se à regra constitucional. [...] O Xá Mohammed Reza também fez concessões para os *ulamas*, estudiosos muçulmanos. Ele anulou a interdição do seu pai com relação ao movimento entusiasmado do Islã xiita e ergueu restrições às peregrinações à Najaf, Karbala e Meca. Instruiu escritórios do Governo mais uma vez a obrigar a proibição

de comida e bebida no Islã, instituindo o jejum durante todos os dias do mês do Ramadã. Rompendo a cortina de repressão que o Xá Reza espalhou sobre o Islã xiita, seu filho permitiu que as mulheres saíssem de suas casas vestidas com o xador e que os homens religiosos exilados por defenderem o Islã xiita voltassem para casa. (MACKEY, 2008, p. 190).

Com o enfraquecimento do poder político do Xá e a perda de domínio do governo sobre a oposição, as atividades das organizações de mulheres que haviam sido reprimidas durante a administração do Xá Reza foram relançadas e muitas outras organizações e partidos políticos encontraram espaço para ascender no cenário iraniano e desenvolver suas propostas. À diferença da primeira era da Dinastia Pahlavi, as organizações voltadas às questões dos direitos femininos emergiram durante a administração de Mohammad Reza desprendidas da estrutura governamental e associadas a partidos políticos. Mais politizadas, as organizações de mulheres surgiram com um ímpeto fortemente nacionalista, e buscavam, além de melhorias na educação e liberdade das mulheres, frear a intervenção externa no país (MAHDI, 2004).

A mobilização nacionalista das organizações femininas acompanhava o desenvolvimento de toda uma atmosfera de nacionalismo que se formava no Irã. Em 1949, diversos partidos uniram-se na Frente Nacional, uma coalizão liderada pelo nacionalista Mohammad Mosaddeq, que fazia frente à luta contra o controle do petróleo iraniano pelos britânicos, que o extraía pagando baixos *royalties* (KEDDIE, 2006a). A principal reivindicação da Frente era a nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, determinação que obteve aprovação do *Majlis* em 1951, juntamente com a nomeação de Mosaddeq para o cargo de Primeiro-ministro do Irã (KEDDIE, 2006a). As tendências nacionalistas de Mosaddeq não poderiam apontar para outro caminho a ser seguido pelo Irã se não aquele oposto à presença estrangeira nos assuntos do país. Os projetos e feitos do Primeiro-ministro provocaram, nesse sentido, uma onda de inquietação entre os países ocidentais que detinham algum tipo de interesse no Irã. Um dos países mais inquietos com o desenrolar das políticas de Mosaddeq foi os Estados Unidos, que, vendo as ameaças e os prejuízos que poderiam ser desencadeados pela nacionalização do petróleo iraniano e pelo afastamento do Irã da sua zona de influência, agiram de imediato para interromper esse processo. O golpe organizado pela *Central Intelligence Agency* (CIA), em 1953, responsável pela derrubada de Mosaddeq, foi a resposta estadunidense à tentativa de nacionalização do governo do Irã.

Após o golpe contra o Primeiro-ministro, a mudança na postura do Xá converteu-o em um monarca com características similares às aquelas encontradas no Xá Reza Pahlavi. A partir de 1953, as políticas do Xá Mohammad Reza assumiram um caráter mais agressivo e a

aproximação do Irã ao Ocidente se intensificou, ainda mais do que na primeira era da Dinastia Pahlavi. A reestruturação do governo do Xá teve consequências imediatas para a atuação das organizações de mulheres. Aproximando-se cada vez mais do governo de seu pai, Mohammad Reza extinguiu todas as organizações e partidos políticos da oposição, o que incluía as associações de mulheres, visto que nesse período elas estavam congregadas aos partidos políticos (MAHDI, 2004).

O governo de Mohammad Reza parecia repetir as políticas executadas por seu pai no quadro das reivindicações femininas. De fato, a despoltização das organizações femininas e a centralização das atividades voltadas à melhoria das condições de vida das iranianas pelo governo central se repetiram. Eliminando as organizações de oposição, as únicas associações que mantiveram suas atividades foram aquelas vinculadas à administração Pahlavi, as quais continuaram a “[...] influenciar a natureza e a direção das atividades das mulheres nas próximas três décadas” (MAHDI, 2004, p. 431) (tradução nossa). A atuação dos movimentos feministas passou a ser legitimado, portanto, de acordo com a compatibilidade de suas atividades com as políticas do Xá. Em 1959, o governo fundou a *Federation of Women’s Organization*— que se converteu na *Women Organization of Iran* em 1966 —, responsável pela centralização das atividades de 14 organizações de mulheres, as quais passaram a atuar sob a sua administração e liderança até o final da década de 1970, assegurando, assim, o controle do governo sobre a atuação dessas organizações (MAHDI, 2004). Durante todo esse período, portanto, o desempenho das associações de mulheres fora supervisionado pelo Xá, o que garantiu que elas assumissem um caráter essencialmente educacional e caritativo e completamente despoltizado.

Embora a atuação das organizações de mulheres tenha retrocedido no decorrer dos anos do governo de Mohammad Reza, encaminhando-se para o mesmo campo limitado em que atuaram durante a monarquia de Reza Khan, os avanços sociais e, inclusive, políticos adquiridos pelas mulheres na segunda era da Dinastia Pahlavi foram evidentes. Diferentemente do que se assistiu no Irã do início do século XX, a administração do Xá Mohammad Reza promoveu profundas reformas legais, que impulsionaram a participação das mulheres na esfera pública iraniana. As mudanças no status político e social dessas mulheres passaram a tomar forma a partir do lançamento do projeto de modernização do Irã pelo Xá Mohammad, em 1963, denominado Revolução Branca. A Revolução Branca, inspirada no modelo ocidental de desenvolvimento, trazia em seu escopo a necessidade de uma série de reformas na estrutura iraniana, destinadas à superação daquele modelo de sociedade supostamente atrasado. Essas reformas eram amplas e abarcavam desde o processo de

redistribuição de terras até o direito feminino ao voto. Foi nesse contexto, portanto, que em 1963 as mulheres adquiriram um dos mais significativos passes para a participação pública: o direito eleitoral.

Logo após a conquista do direito ao voto pelas mulheres, o Xá Mohammad Reza deu um novo passo em direção ao aumento da inserção feminina na esfera pública. Seguindo o projeto de modernização do Xá, a promulgação da Lei de Proteção à Família, em 1967, ampliou a liberdade feminina em temas conjugais e educacionais. No âmbito das relações conjugais, algumas das reformas mais significativas instauradas pela Lei de Proteção à Família foram: a elevação da idade mínima de casamento para as mulheres para dezoito anos; o estabelecimento de condições mais rígidas para a prática da poligamia; e a transposição das decisões sobre o divórcio para as cortes familiares, em detrimento das cortes religiosas (MAHDI, 2004). Em 1975, a ampliação da Lei de Proteção à Família, que reformou os direitos de custódia, fortaleceu os direitos das mulheres adquiridos em 1967.

Além das reformas legais que possibilitaram a ampliação da participação pública feminina no cenário iraniano, o Xá Mohammad Reza promoveu melhorias consideráveis para as mulheres no campo da educação, da saúde e do emprego. Ademais de suscitar um aumento considerável na taxa de alfabetização feminina durante seu governo, que foi elevada de 8% em 1956 para 17,6 % em 1966 (MOINIFAR, 2011), o Xá Mohammad Reza estimulou a presença de mulheres em funções legais, médicas e de negócios e estabeleceu, por meio da Revolução Branca, corpos de saúde e educação, onde mulheres graduadas passaram a atuar profissionalmente (KEDDIE, 2006a).

O cenário que impulsionou a ampliação do acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho pelas mulheres está, sem dúvida, relacionado ao rápido e intenso processo de modernização que o Irã atravessou nas décadas de 1960 e 1970, em decorrência da grande lucratividade obtida do petróleo. Satisfeito com a direção que tomava seu projeto de crescimento, o Xá, “[...] como muitos governantes modernizadores, reconheceu o importante papel que as mulheres poderiam exercer como trabalhadoras e profissionais, e encorajou os programas educacionais e de saúde promovidos pelo Estado para as mulheres” (KEDDIE, 2006a, p. 110) (tradução nossa). A partir de então, o impulso ao desenvolvimento de atividades pelas organizações governamentais, tal como a *Women’s Organization of Iran*, ganhou força, e o resultado foi a crescente presença das mulheres na esfera pública.

No entanto, ainda que o Xá Mohammad Reza tenha, entre os mecanismos de despoltização dos movimentos feministas, promovido importantes avanços para as mulheres no campo social, é imprescindível frisar que a parcela de mulheres beneficiadas por essas

políticas foi muito pequena e restrita. As poucas posições políticas e sociais ocupadas por mulheres nesse período foram exclusivamente destinadas àquelas mulheres pertencentes ao meio urbano e às classes sociais mais altas. De acordo com o censo de 1976, enquanto o índice de alfabetização entre as mulheres urbanas chegava a 55%, a porcentagem de mulheres alfabetizadas no meio rural somava tão somente 17,3%, uma diferença considerável que elucida a distinção dos níveis de inclusão social entre as mulheres do meio urbano e rural. (MOINIFAR, 2011). Ao invés da expansão paritária da educação para as mulheres, o governo do Xá focalizou na promoção do ensino nos grandes centros, onde os níveis de politização e articulação entre as mulheres são mais elevados e as pressões sobre o governo, conseqüentemente, mais intensas.

A crítica de autores como Shojaei, Samsu e Asayeseh (2010), além de argumentar acerca das disparidades nos níveis de enquadramento das mulheres iranianas no meio público, enfatizam a inexistência de uma participação feminina em larga escala em cargos de alto poder decisório durante o governo de Mohammad Reza. Para eles, “[n]a verdade, a presença de mulheres na política nesse período deve ser considerada não como uma real participação política, mas como uma propaganda deliberada” (SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010, p. 260) (tradução nossa), haja vista que criou uma falsa impressão de que as mulheres haviam adquirido espaço na vida pública, realidade restrita a um grupo pequeno e específico. Shojaei, Samsu e Asayeseh (2010), ainda complementam que “[...] a presença política das mulheres em massa não ocorreu durante a Dinastia Pahlavi; ao contrário, a sua ampla participação ao lado de homens surgiu durante o processo da Revolução Islâmica, na forma de protestos contra a monarquia Pahlavi” (p. 260) (tradução nossa).

O intenso processo de modernização vivido pelo Irã durante as mais de três décadas da administração do Xá Mohammad Reza fomentou, sem dúvida, políticas consideradas progressistas aos olhos do Ocidente. O resultado desse projeto de modernização, no entanto, mitigou a concepção da identidade nacional e cultural iraniana, substituindo-a por um pensamento poucas vezes compatível com as experiências da população. As décadas de regência da Dinastia Pahlavi e a instauração de reformas modernizadoras no Irã tiveram respaldo em uma pequena parcela da população, que compartilhava do modelo de vida ocidental e suprimiram as convicções da maioria da população, rural e xiita, consideradas um símbolo de retrocesso para a sociedade iraniana. A adoção das orientações ocidentais como o caminho ideal e inquestionável para a modernização, e o rechaço da própria herança sociocultural iraniana nesse processo, fomentou as perspectivas orientalistas quanto à superioridade ocidental frente ao Oriente. Edward Said, em sua consagrada obra *Orientalismo*

da década de 1970, descreve o cenário de subalternidade imposto ao Oriente Médio pelo Ocidente, e ressalta o fato de que “[...] o Orientalismo tem se acomodado com sucesso ao novo imperialismo, nos quais os seus paradigmas regentes nem contestam, e até confirmam, o persistente desígnio imperial de conquistar a Ásia” (SAID, 2007, p. 430). A partir da análise dos novos moldes imperialistas, Said ressalta os efeitos da aceitação desse novo modelo imperial ocidental pelos países orientais, como foi experimentado pelo Irã da Dinastia Pahlavi, e conclui que “[o] mundo árabe [e islâmico] dos nossos dias é um satélite intelectual, político e cultural dos Estados Unidos, [...] [e] continua a ser uma potência de segunda categoria quanto à produção de cultura, conhecimento e erudição” (SAID, 2007, p. 430).

Não é à toa, portanto, que a profunda ocidentalização do Irã tenha encontrado oposição na população no final dos anos 70. A crescente influência do Ocidente nas esferas política, econômica, social e cultural do Irã, e a conseqüente supressão da identidade persa do cerne da nação iraniana, fez com que as diversas camadas da população se mobilizassem contra o Xá Mohammad Reza e suas políticas de modernização. Embora “[...] não houvesse uma plataforma ou programa político comum para o estabelecimento de um novo Estado [...], [d]emocracia e justiça social foram as primeiras, ainda que vagas, demandas comuns [entre a população iraniana]” (HOODFAR; SADR, 2009, p. 6) (tradução nossa). Na falta de uma organização bem estruturada e com influência nacional que conduzisse as mobilizações em prol da derrubada do Xá, portanto, os grupos conservadores islâmicos ascenderam como líderes nesse processo, haja vista que eram os únicos dotados de unidade e legitimidade entre a população. Dentro dessas organizações islâmicas, emergiu a figura do líder Aiatolá Ruhollah Khomeini, que mesmo em exílio no Iraque e depois na França, em função das suas convicções religiosas consideradas uma ameaça ao governo do Xá, coordenou o desenrolar das manifestações, que assumiram paulatinamente um caráter de revolução islâmica. Em 1979, após uma intensa onda de protestos e atos públicos, no episódio que ficou conhecido como a Revolução Iraniana, a população logrou a deposição do Xá Mohammad Reza, dando início a um ciclo profundamente distinto das demais experiências já vivenciadas pelo Irã.

4.2 A Revolução Iraniana e a instauração da República Islâmica do Irã

A Revolução Iraniana de 1979 estabeleceu um marco divisório entre dois períodos extremamente opostos na história política do Irã, dando início a um governo completamente reestruturado e profundamente distinto do que vinha sendo desenvolvido até então. A queda da Dinastia Pahlavi e a instituição da República Islâmica do Irã, além de quebrar com a

estrutura secular implementada pelo projeto modernizador dos Xás Pahlavi e promover a islamização do sistema político iraniano, rompeu com a tradição monárquica milenar do Irã, que o assombrava desde a unificação do Império Persa, sob o comando de Ciro. As mudanças instauradas pela República Islâmica reproduziram, de fato, uma revolução na estrutura política e social iraniana, tendo repercussões nas áreas da educação, saúde, negócios internacionais e, sem dúvida, no processo de inclusão política e social das mulheres.

A participação feminina durante a Revolução Iraniana é considerada por inúmeros autores como a mais notória do cenário iraniano. Lado a lado com os homens, as mulheres foram às ruas manifestar contra o regime autoritário e ocidentalizado do Xá e estiveram sujeitas, assim como os homens que protestavam, ao cárcere e a torturas físicas (SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010, p. 260). A presença feminina no processo de derrubada do Xá, segundo Shojaei, Samsu e Asayeseh (2010), fora perceptível em inúmeras atividades, das mais simples às mais ousadas, tais como:

[...] distribuição de notícias e anúncios; organização de atividades caritativas e satisfação de necessidades sociais, como ajudar os feridos e fornecer abrigo aos ativistas; participação em manifestações e comícios de rua; ajuda para formar obstáculos no caminho das forças policiais; participação em atividades políticas escondidas; participação em lutas armadas, fazendo e usando armas; [e] participação em reuniões políticas e discursos (p. 261) (tradução nossa).

A atuação das mulheres na Revolução Iraniana fora de tão grande importância que nem mesmo Khomeini, após a vitória da população sobre o Xá, deixou de frisá-la: “[v]ocês, senhoras, aqui provaram que estão na vanguarda desse movimento. Vocês têm uma grande participação no nosso movimento islâmico. O futuro do nosso país depende do seu apoio” (KHOMEINI, 2001, p. 92) (tradução nossa). E ao ser questionado sobre o real significado da ativa participação feminina na Revolução Iraniana, Khomeini enfatizou, mais uma vez, a proeminência das mulheres no processo de derrubada do Xá:

A prisão do Xá está cheia de mulheres valentes. Nas manifestações de rua, nossas mulheres seguraram seus filhos perto do seu peito e não temendo nem tanques, canhões ou metralhadoras, entraram na briga. As reuniões políticas, as quais as mulheres celebram nas diversas cidades do Irã, não são pequenas em número. Elas têm exercido um papel muito valioso na nossa luta. A memória dos sacrifícios feitos por mulheres heroicas ao longo da história e sua bravura foram trazidas vivas por essas corajosas mães dos filhos do Islã. (KHOMEINI, 2001, p. 97) (tradução nossa).

Após a derrubada do Xá Mohammad Reza, a ausência de um projeto político que substituísse a Dinastia Pahlavi, bem como a devoção à Khomeini desenvolvida durante a

Revolução Iraniana, criaram o cenário propício para a instauração do modelo de governo elaborado por Khomeini durante seus anos de exílio. Um Estado teocrático, onde a sociedade e o sistema político seriam regidos pelas leis islâmicas, formava o cerne do ideal de governo traçado pelo Aiatolá ao longo dos 12 anos (1963-1978) em que ficou exilado no Iraque, Turquia e França (HOODFAR; SADR, 2009). O fato de Khomeini estar proibido de entrar no Irã durante o governo de Mohammad Reza não se tornou um grande empecilho para que seus ideais políticos fossem introduzidos no país, ao contrário, esses circularam secretamente entre seus seguidores e serviram como impulso aos movimentos de oposição ao Xá. O novo caminho a ser seguido pelo Irã iniciou, portanto, em fevereiro de 1979, com o regresso de Khomeini ao país e a instauração da República Islâmica do Irã.

A desestruturação do grande parceiro estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio gerou graves preocupações para o Ocidente, sobretudo no tocante aos interesses econômicos nas reservas de petróleo iranianas, haja vista que o Ocidente estava se recuperando de uma profunda crise energética que marcou os anos 70 e as promessas de desenvolvimento feitas por Khomeini prometiam conduzir o Irã a um destino muito distante dos interesses ocidentais. As preocupações ocidentais logo se converteram em pressões internacionais, e o sistema político teocrático do Irã tornou-se alvo constante de constrangimentos no sistema internacional. A ascensão do discurso da democracia e da liberdade individual proferido pelo Ocidente deu um impulso a esses constrangimentos. Embora o discurso ocidental tenha colaborado em grande medida para os avanços no status social e político das mulheres a nível mundial, haja vista que inseriram as questões de gênero nos debates da política internacional, ele intensificou as pressões recaídas sobre os países islâmicos. A concepção orientalista de que as relações de gênero deveriam seguir o modelo ocidental, e que as dinâmicas das relações sociais no Islamismo são consideradas como uma transgressão na esfera dos direitos humanos, fez com que países como o Irã ocupassem a posição central nas críticas ocidentais ao modelo político, econômico e social desenvolvido fora da órbita ocidental. Os temas de gênero, nesse sentido, serviram em certa medida à legitimação da ingerência dos países centrais nos assuntos internos de países periféricos que não condizem com seus padrões de conduta. As perspectivas feministas enraizadas na experiência da mulher ocidental tem sido, dessa maneira, instrumento de reificação da estrutura colonial vigente, haja vista que buscam implementar um modelo de reprodução das relações de gênero alheio às realidades particulares de cada Estado.

Ao contrário do que se argumentava — e ainda se argumenta —, a instauração de um modelo de governo teocrático no Irã não impediu a atuação da mulher na esfera pública, mas

fomentou sua inserção em diversas áreas ainda pouco exploradas pelas mulheres. Embora tenha, a partir de uma perspectiva macro, evoluído exponencialmente, o tratamento dado pelo governo iraniano às políticas de promoção da participação pública feminina não tem seguido uma linha contínua. Desde a ascensão de Khomeini ao poder, a relevância das questões relacionadas às mulheres tem sofrido fortes oscilações, que estão mais relacionadas às convicções dos homens que estão no poder do que ao próprio Islamismo, assim como aconteceu no período da Dinastia Pahlavi. De modo geral, o status político e social das mulheres obteve avanços nas últimas décadas, mais ainda permanece interligado às concepções do grupo governante.

A primeira década da República Islâmica, quando o Irã estava sob a liderança de Khomeini, esteve longe de progredir nos assuntos concernentes às mulheres. O Aiatolá parecia ter esquecido o papel crucial que ele mesmo havia atribuído às mulheres na Revolução Iraniana e a sua menção à necessidade do envolvimento delas nos assuntos políticos do país (MOINIFAR, 2011). Uma das impactantes reformas de Khomeini, que gerou inúmeras controvérsias dentro da sociedade iraniana, foi a instituição da obrigatoriedade do uso do véu pelas mulheres, mas que não esteve isenta da forte oposição de uma grande parcela da sociedade feminina. O uso compulsório do véu fora anunciado por Khomeini em um paradoxal 8 de março, no entanto, ao contrário do que se esperava, a passividade das mulheres deu lugar a manifestações revoltosas com tal determinação (HOODFAR; SADR, 2009). Diante do cenário de frustração que se formou, a decisão de Khomeini foi temporariamente retraída, mas no decorrer do seu governo o uso do véu se tornou gradualmente compulsório (HOODFAR; SADR, 2009).

Não se limitando a essa determinação, Khomeini revogou a Lei de Proteção à Família, que havia sido instituída pelo governo de Mohammad Reza e era considerada um dos maiores avanços para a inserção pública das mulheres pelas organizações feministas. Como consequência,

[a]s mulheres foram impedidas de se tornar juízas ou presidente; elas não podiam estudar e trabalhar em determinadas áreas (como a construção ou mineração), viajar, ou entrar na educação e no emprego sem o consentimento do pai ou marido. Elas perderam sua proteção contra a poligamia e o direito [...] para iniciar o divórcio, conseguir a custódia de seus filhos e escolher o aborto por razões sociais (PAIDAR, 2011, p. 4) (tradução nossa).

As transformações não pararam por aí. A eclosão da guerra Irã-Iraque, em 1980, gerou consequências adversas às questões da participação pública feminina. Por um lado, os

movimentos feministas perderam espaço na sociedade durante os oito anos de guerra, tendo o governo convencido os cidadãos iranianos de que “[...] nada deveria distrair a atenção [do governo] dos esforços da guerra” (POURNIK, 2013, p. 8) (tradução nossa). Por outro, ao mesmo tempo em que o cenário da guerra suprimira as articulações feministas em prol da inserção da mulher, ele criou uma situação de maior participação das mulheres na esfera pública. A mobilização dos homens no conflito contra o Iraque demandou que as mulheres estivessem mais presentes em atividades públicas, desde trabalhos formais até atividades cotidianas, como compras e levar os filhos à escola (POURNIK, 2013).

A morte do Supremo Líder Aiatolá Khomeini, em 1989, deu início a uma década de significativas reformas no âmbito das políticas públicas para as mulheres, desenvolvidas sob a administração dos presidentes Akbar Hashemi Rafsanjani (1989-1997) e Mohammad Khatami (1997-2005). As melhorias nas áreas da educação e saúde e nos campos político e social, promovidas a partir da década de 1990, foram notórias, especialmente para as mulheres. Um primeiro avanço no campo social pôde ser observado em 1989, com a restauração do planejamento familiar. O planejamento familiar havia sido parte das políticas sociais implementadas durante o governo do Xá Mohammad Reza, mas fora desmantelada após a Revolução Islâmica, por ser considerada uma política de modernização ocidentalizada (ROUDI-FAHIMI, 2002). A eclosão do conflito com o Iraque, e a prerrogativa de possuir uma grande população diante desse cenário, converteu o fomento ao crescimento populacional em uma das prioridades na pauta social do governo iraniano. As políticas de incentivo ao aumento da população deram resultado e no decorrer dos anos puseram a economia iraniana em um contexto de vulnerabilidade. Essa conjuntura fez com que o governo do Irã retomasse o programa de planejamento familiar, que,

[...] oficialmente inaugurado em Dezembro de 1989, tem três objetivos principais: incentivar as famílias a adiar a primeira gravidez e a distanciar nascimentos subsequentes; desencorajar a gravidez para mulheres menores de 18 anos e maiores de 35; e limitar o tamanho da família para três filhos. O ministério da saúde e educação médica tem concedido recursos quase ilimitados para fornecer serviços gratuitos de planejamento familiar a todos os casados, promover famílias pequenas como a norma, e ajudar os casais a evitar gravidezes não planejadas. Todos os modernos métodos anticonceptivos são disponíveis para os casais, livres de custo, nas clínicas públicas. Em 1990, para remover as dúvidas permanentes sobre a aceitabilidade da esterilização como um método da planificação familiar, o Conselho Superior de Justiça declarou que a esterilização de homens e mulheres não estava contra os princípios islâmicos ou as leis existentes (ROUDI-FAHIMI, 2002, p. 3) (tradução nossa).

O programa de planejamento familiar contribuiu em grande medida para o desenvolvimento de novas ideias acerca do papel das mulheres na sociedade iraniana. Juntamente com a ampliação do acesso feminino à educação, o plano familiar engrandeceu a conscientização política e social feminina, e o que antes

[...] eram formalmente ideias exclusivamente da elite sobre gênero e direitos das mulheres espalharam-se para as classes populares, por vezes na forma do que tem sido chamado de “feminismo islâmico”. Muitas mulheres começaram a dar interpretações de gênero igualitárias ao Alcorão e às tradições islâmicas no lugar das dominantes interpretações conservadoras (KEDDIE, 2009, p. 47) (tradução nossa).

Essa nova percepção que se formou entre as iranianas encontrou respaldo nas organizações de mulheres islâmicas e nos partidos políticos femininos. Contrariando a ideia de que o Islamismo e a igualdade de gênero não conversam, os movimentos feministas desenvolvidos no Irã não estão detidos tão somente nos grupos simpatizantes às ideias ocidentais, mas incluem inúmeros partidos políticos e organizações de mulheres de vertente islâmica. Ao contrário do que se argumenta, de que as mulheres iranianas são marginalizadas pelo sistema islâmico de governo e buscam, portanto, abolir o regime teocrático do Irã, o partido político *Zeinab Society*, o maior e mais ativo partido político de mulheres islâmicas do Irã, representa o oposto. O *Zeinab Society* fora estabelecido logo após a Revolução Islâmica, e desde então tem atuado em prol da ampliação da participação política e social das mulheres; “a plataforma do partido é baseada no princípio de que o Islã sanciona uma igualdade de homens e mulheres, e que as injustiças às mulheres estão sujeitas a ser o resultado de uma leitura patriarcal dos textos islâmicos” (HOODFAR; SADR, 2009, p. 20) (tradução nossa). Preocupada com a carência de mulheres na esfera política, a *Zeinab Society* propôs ao Parlamento o estabelecimento de uma cota mínima de representação política feminina, que embora não tenha sido lograda, abriu um debate antes inexistente sobre a participação política das mulheres.

Outras organizações políticas feministas, como os partidos reformistas, buscam, de igual maneira, a ampliação do papel público das mulheres sem renunciar ao Islamismo. Muitas dessas associações políticas concernentes às questões femininas eram — ou ainda são — lideradas por ativistas de famílias islâmicas tradicionais, como é o caso da *Society of Women’s Islamic Revolutionary Islam*, fundada em 1979 por Azam Talaghani, filha do Aiatolá Talaghani (HOODFAR; SADR, 2009). Embora essa associação esteja essencialmente envolvida com programas sociais e atividades de caridade, as reivindicações de inserção política não fugiram da sua agenda de atuação.

Talaghani [...] foi a primeira mulher iraniana a anunciar sua candidatura para presidente, argumentando que de acordo com a Sharia não existe determinações islâmicas contra uma mulher se tornar presidente. Embora sua candidatura fora rejeitada pelo Conselho de Guardiões, o ato criou um debate nacional. Outras mulheres, desde então, anunciaram sua candidatura; todas foram rejeitadas pelo Conselho dos Guardiões sem explicações, mas a discussão tem permeado todas as camadas da sociedade e aumentado o questionamento crítico do conservadorismo de gênero dos líderes iranianos (HOODFAR; SADR, 2009, p. 22) (tradução nossa).

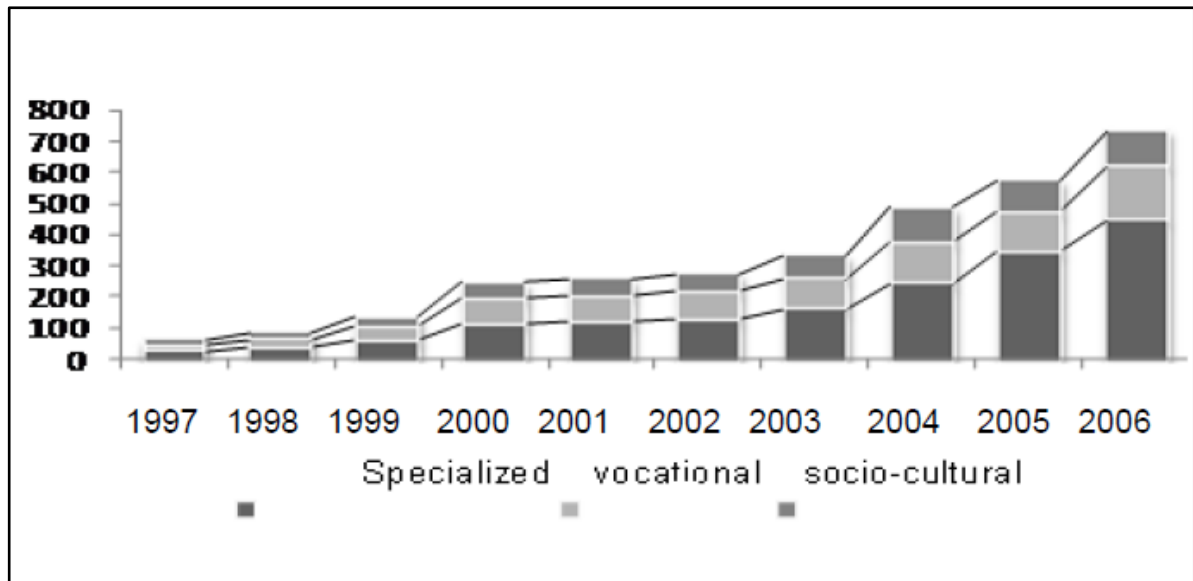
Baseadas na ideia de que as leis islâmicas não são o impeditivo para a participação política e social das mulheres no Irã, e que as barreiras impostas pelas lideranças conservadoras estão mais fundamentadas nas convicções patriarcais pessoais desses líderes do que em qualquer outra crença, as organizações e partidos políticos femininos islâmicos buscam dentro da religião o respaldo para superar a marginalização das mulheres construídas no decorrer dos séculos da história persa.

Independentemente da inexistência de um movimento feminista coeso dentro do Irã, as organizações seculares e islâmicas passaram a comunicar-se e a cooperar em seus projetos de participação pública feminina a partir da década de 1990. Mesmo não compartilhando das mesmas perspectivas de gênero, as convergências em termos de objetivos finais, ou seja, de inserção das mulheres nos diversos âmbitos da sociedade iraniana, uniu-as contra a predominância do pensamento patriarcal entre a população do Irã. Um dos exemplos dessa convergência foi o apoio prestado à candidatura de Mohammad Khatami à presidência do Irã, que fora eleito por 76% da população feminina (POURNIK, 2013).

O governo de Khatami promoveu mudanças significativas no cenário de inserção pública das mulheres. Embora não tenha instaurado reformas legais significativas, que promovessem a figura feminina no país, Khatami desenvolveu projetos que fomentaram a maior liberdade das mulheres na esfera pública iraniana. Para Pournik (2013), um dos projetos que contribuiu em grande medida para a ampliação da presença feminina nos espaços públicos foi o estabelecimento do *Center for the Participation of Women*, ligado à Presidência, que tinha suas atividades voltadas à educação, às questões culturais e de esportes, à expansão da participação econômica feminina e à expansão das organizações de mulheres.

Não é por acaso, portanto, que as organizações dedicadas à promoção de programas de inserção feminina cresceram enormemente durante o governo de Khatami. O gráfico abaixo elucidada a expansão vivenciada por essas organizações no período de 1997 a 2006.

Gráfico 1 – Expansão das organizações de mulheres durante o governo de Khatami (1997-2006) – por área de atuação



Fonte: Office of the High Commissioner for Human Rights, [s.d.], p. 13.

Embora o governo Khatami tenha incitado a atuação das organizações de mulheres em projetos de promoção da participação feminina na sociedade, as organizações vinculadas a atividades socioculturais foram as mais difundidas nesse período, seguidas daquelas de cunho profissional e especializadas. As organizações que lidam com temas e programas mais politizados não foram vinculadas às atividades governamentais.

No entanto, mesmo sem o impulso do Estado na promoção da politização feminina, os níveis de participação política das mulheres no Irã tiveram um aumento considerável desde a instauração da República Islâmica. De acordo com Shojaei, Samsu e Asayeseh (2010), a participação política da mulher após a Revolução Iraniana pode ser dividida em três grupos: a participação política mobilizada, que se refere à participação feminina em manifestações e atos públicos; a participação política tradicional, similar àquela exercida na guerra Irã-Iraque, em que as mulheres deram suporte ao Exército, inclusive emocional e financeiro; e a participação política moderna, que diz respeito à grande participação feminina em eleições, ao aumento das articulações de organizações de mulheres e à elevação da inserção das mulheres no Parlamento.

Tabela 2 — Assentos do Parlamento ocupados por mulheres e homens entre os 9 períodos do *Majlis* (1980-2012)

Período	Ano	Total	Mulheres		Homens	
			Nº	%	Nº	%
Primeiro	1980	270	4	1,4	266	98,6
Segundo	1984	270	4	1,4	266	98,6
Terceiro	1988	270	4	1,4	266	98,6
Quarto	1992	270	9	3,3	261	96,7
Quinto	1996	270	14	5,2	256	94,8
Sexto	2000	270	12	4,4	248	95,6
Sétimo	2004	290	14	4,8	256	95,2
Oitavo	2008	290	8	2,7	292	97,3
Nono	2012	290	9	3,1	291	96,9

Fonte: Dados extraídos de Statistics Center of Iran, 2009 (*apud* SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010, p. 268) e Inter-Paliament Union, 2014, s/p.

Durante o governo Khatami, pôde-se notar um significativo aumento da participação política moderna das mulheres na sociedade iraniana, isso porque o presidente destinou cargos administrativos e de alto poder decisório a mulheres.

Alguns exemplos dessa tendência incluem o papel das mulheres como vice-presidente (Chefe da Organização de Meio Ambiente e membro do gabinete), conselheiro presidencial, chefe do centro para a participação das mulheres e membro do gabinete, conselheiro político do presidente, vice-ministro do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica, o Ministério da Saúde, chanceler de universidade e diretor geral em diferentes partes do governo (SHOJAEI; SAMSU; ASAYESEH, 2010, p. 262).

A queda da presença feminina no parlamento de 14, em 2004, para 8, em 2008, representa o governo de Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013), um período considerado conservador e de poucos progressos no que tange às questões de gênero. Ao observar os dados de 2012, no entanto, essa queda parece estar sendo superada.

A articulação e movimentação das mulheres em organizações femininas e o fomento à ascensão feminina a importantes cargos políticos e administrativos estavam diretamente conectadas à ampliação do acesso à educação. Ao contrário do que se imaginava, a República Islâmica do Irã abriu um grande espaço no ensino público para a inserção feminina. Ainda que o sistema de educação tenha sido islamizado, e utilizado como um instrumento de

disseminação da ideologia do Estado, a República Islâmica deu um salto quantitativo nos índices de alfabetização de homens e mulheres.

Tabela 3 — Evolução nos índices da população iraniana de 6 anos acima alfabetizada – por gênero (1976-2006)

Ano	Homens (%)	Mulheres (%)
1976	58,9	35,5
1986	70,99	52,08
1996	86,07	80,3
2006	88,74	80,34

Fonte: Dados extraídos de Office of the High Commissioner for Human Rights, [s.d.], p. 6.

Além de promover a alfabetização em grande escala, o projeto governamental de ampliação da educação fora extremamente bem-sucedido ao inserir as mulheres em maior escala no ensino superior. A presença de mulheres cursando algum nível de estudo nas universidades (Graduação, Mestrado ou Doutorado) cresceu exponencialmente, sendo que nos dados mais recentes elas aparecem como a maioria no número de ingressantes das instituições de educação superior.

Tabela 4 — Evolução nos índices de presença feminina nos diferentes níveis de educação (1976-2006)

Ano	Primário (%)	Secundário (%)	Superior (%)
1978	39,72	36,36	31,77
1988	44,34	42,38	31,10
2006	48,19	49,19	63,7

Fonte: The office of Women and Family, 2006 (*apud* HOODFAR; SADR, 2009, p. 11).

Os impactos das políticas de fomento à participação pública das mulheres na sociedade iraniana, seja por meio da inserção política seja por meio da expansão da educação, repercutiram diretamente no status social das iranianas. As mulheres, no desenrolar das mobilizações políticas da Revolução Iraniana e do movimento de resistência às determinações

da obrigatoriedade do véu por Khomeini, na prestação de auxílio aos combatentes durante os oito anos de conflito entre Irã e Iraque e nos demais processos de articulação feminista entre as organizações de mulheres, desenvolveram um senso cada vez mais crítico sobre seu status na sociedade e passaram a assumir uma postura cada vez mais politizada. Passaram, a partir de então, a questionar a formulação, ou a ausência de formulação, de políticas públicas destinadas à liberdade de participação pública feminina.

A conscientização da sua posição na sociedade iraniana, somada aos programas de incentivo à educação desenvolvidos pelo governo islâmico e ao consequente aumento da sua participação como agente econômico, conduziram as mulheres a uma experiência distinta do que se desenvolvia no Irã até então. Com um maior nível de instrução, as mulheres passaram a casar mais tarde e a questionar, independentemente da falta de insumos legais, as normas sob as quais o matrimônio era regido. O matrimônio não é mais uma sujeição das mulheres à vontade de seus pais, hoje em dia ele já é algo baseado na negociação entre pais e filhas (KEDDIE, 2006b). Do mesmo modo, a poligamia passou a ser menos aceitável pelas mulheres e mais rara de ser encontrada nas relações conjugais. Ainda no que tange às relações matrimoniais e familiares, é importante ressaltar a grande queda na média de filhos por mulheres desde o fim da era Pahlavi. Resultado do programa de planejamento familiar promovido pela República Islâmica e da escolarização e politização das mulheres, a média de filhos por casa diminuiu de 6, em 1979, para menos de 2, nos dias atuais, o que elucida a evolução da posição da mulher no Irã (ROUDI-FAHIMI, 2002).

É inegável que ao analisar o cenário atual da participação pública feminina no Irã, a desigualdade nas relações de gênero ainda apresenta-se como um fenômeno que está longe de ser eliminado, realidade presente em inúmeras outras sociedades, islâmicas ou seculares. Ao mesmo tempo, ao comparar os níveis de participação pública das mulheres no Irã da Dinastia Pahlavi e no Irã da República Islâmica, é inegável a percepção de alguns avanços fundamentais que foram obtidos. Ao contrário do que muito se disserta, o Islamismo não tem sido, por si só, a barreira que desacelera a construção de um cenário de maior liberdade política, social e econômica para as mulheres. Tanto no governo de orientação secular como no governo de orientação islâmica os impeditivos encontrados para a ampliação da ocupação feminina dos espaços públicos são da mesma natureza, correspondendo a um grupo de lideranças dotado de convicções conservadoras e patriarcais. Os mesmos desafios encontrados no decorrer dos anos de intensa ocidentalização do Irã são encontrados no decorrer do processo de islamização do sistema político e educacional iraniano e, por vezes, em grau mais elevado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise comparativa entre as duas paradoxais eras do século XX e o tratamento dado por ambos à elaboração de políticas públicas voltadas às questões feministas, percebe-se que ambas desenvolveram e têm desenvolvido programas de ampliação da atuação feminina nas esferas públicas. É inegável a assertiva de que as relações de gênero no Irã são guiadas por dinâmicas sociais altamente desiguais, o fato, contudo, é que o cenário de limitações à participação pública feminina sempre esteve presente no Irã, independentemente da doutrina política vigente. A sociedade iraniana, desde os primórdios de seu desenvolvimento, teve suas relações de gênero estruturadas sobre diretrizes fundamentalmente desiguais, essa concepção patriarcal, compenetrada na sociedade iraniana, faz com que o rompimento da estrutura de marginalização feminina se torne um desafio para além das doutrinas políticas. Com base no desenvolvimento da análise das relações sociais reproduzidas entre homens e mulheres no decorrer da história iraniana, a hipótese traçada pela presente pesquisa fora confirmada. Os panoramas pesquisados no decorrer do trabalho respaldaram a hipótese de que a construção social iraniana é o principal responsável pelas barreiras impostas à inserção das mulheres nas esferas social, política e econômica.

A despeito do discurso da democracia secular ocidental, o regime teocrático estabelecido no Irã seguiu dinâmicas muito similares àquelas desenvolvidas na administração Pahlavi. Tanto em matéria de promoção de políticas de incentivo à participação pública feminina, quanto em matéria de restrições impostas às pretensões femininas de ampliar seu papel na sociedade iraniana, o secularismo esteve em paridade com a República Islâmica. As políticas direcionadas ao fomento das atividades das organizações de mulheres, por exemplo, foram aplicadas com alto grau de oscilação em ambos os modelos de governo, em conformidade com os interesses do Estado. A elaboração de agendas de fomento à atuação dessas associações junto ao Estado formou parte do plano político de ambas as administrações, secular ou islâmica, e, embora tenha conduzido a realidade feminina a uma conjuntura de participação social mais favorável, esteve vinculada ao objetivo de despolitização das articulações femininas. Ao mesmo tempo, portanto, que as questões do status social das mulheres adquiriram espaço na agenda política iraniana, a partir do processo de modernização do Irã, também geraram preocupações aos dirigentes no que tange à manutenção das relações de poder do Estado iraniano. Essas preocupações e espaços conquistados foram mantidos, retrocedidos e evoluídos durante todo o século XX, até os dias de hoje, em um intenso processo de variabilidade.

Os índices de desenvolvimento e expansão da educação para homens e mulheres, bem como a existência e a atuação das organizações de mulheres elucidam o processo de oscilação política que o Irã tem passado no último século. A instauração da República Islâmica e a troca de presidência e lideranças religiosas no país conduziram a participação feminina iraniana a diferentes níveis de notoriedade. Desde o estabelecimento do governo teocrático no Irã, o papel social e político das mulheres tiveram inúmeros progressos e retrocessos, condicionado pelas diferentes perspectivas adotadas pelos líderes políticos e religiosos do Estado. Dentro de uma mesma estrutura política religiosa, portanto, líderes dotados de concepções islâmicas reformistas ou moderadas romperam barreiras da desigualdade de gênero impostas por líderes mais conservadores, como a descriminalização da esterilização a partir do programa de planejamento familiar. De igual forma, embora a Dinastia Pahlavi (1925-1979) tenha sido governada por apenas dois Xás durante suas mais de cinco décadas de vigência, a agenda política feminina do Estado nesse período também fora oscilante. Após a queda de Mossadeq (1953), o período de intensa repressão iniciado pelo Xá, a fim de conter a frente nacionalista que se expandia no país e garantir, assim, a segurança do seu processo de ocidentalização, repercutiu imediatamente na supressão das atividades das organizações de mulheres mais politizadas.

A falta de uma linha contínua na promoção do aumento da participação pública feminina em ambos os governos está, portanto, fundamentalmente relacionada aos projetos dos próprios líderes do Estado. Assim como a interpretação das leis islâmicas tem sido desenvolvida em conformidade com as necessidades do Estado e com as convicções dos grupos de poder, as manobras desenvolvidas na Dinastia Pahlavi, no que tange ao aumento da inserção social feminina, agiram em conformidade com o objetivo do governo de reprimir as inquietações internas e garantir o seu projeto modernizador. O peso das convicções sociais e culturais herdadas do Império Persa ainda permeia a estrutura social e especialmente a estrutura política do país, e é assegurada notoriamente pelos grupos conservadores (religiosos ou não) que almejam a manutenção do *status quo* do Estado.

As similaridades encontradas nas dinâmicas das políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nos contrastantes governos do século XX confirmam o equívoco da perspectiva ocidental acerca da idealização da democracia secular e da condenação do Islamismo como modelo político. A realidade iraniana após a implementação da República Islâmica não fora condizente com o que argumentava — e ainda argumenta — o Ocidente. A perspectiva de que o desenvolvimento e o progresso das civilizações orientais devem ser guiados pelas convicções dos “superiores” ocidentais fora mitigada com a percepção de que a sociedade

iraniana, notoriamente as mulheres iranianas, independe do modelo de vida ocidental para alcançar seus objetivos sociais e políticos. Os países orientais e islâmicos demonstraram ter plena capacidade de desenvolver seu próprio modelo de Estado, e dentro de suas estruturas estabelecer seu próprio modelo de participação política e social igualitária, não rechaçando suas crenças e valores tradicionais.

Os dados que elucidam a expansão do acesso à educação pública para as mulheres e o acelerado crescimento da presença feminina dentro das universidades corroboram para a afirmação de que a República Islâmica não representou um fim ao processo evolutivo da inserção pública da mulher iniciado no século XX. Acompanhado da elaboração de um planejamento familiar, da maior liberdade econômica adquirida e de maiores níveis de inserção política (ainda que muito reduzidos), o aumento da escolaridade feminina enfatiza que o processo de evolução no status político e social das mulheres iranianas não findou. Inclusive, a porcentagem de mulheres escolarizadas e inseridas no ensino superior mais que dobrou após o estabelecimento da República Islâmica, sendo que as mulheres representam hoje a maior parcela de alunos inscritos em universidades. O processo de ampliação das melhorias na condição de vida das mulheres iranianas demonstra hoje um cenário de crescentes questionamentos, em que os casamentos obrigatórios e prematuros, a poligamia, a conduta rígida das vestimentas têm sido costumes relativizados e menos frequentes, mesmo dentro de uma estrutura política islamizada e não adepta ao modelo secular ocidental.

Embora se confirme que a herança cultural patriarcal do Irã, em detrimento da religião, corresponde ao elemento de maior impacto na estruturação de uma sociedade desigual em termos de relações de gênero, não se deve, no entanto, conceber a ideia de que a crença no Islamismo não atua como um instrumento propulsor da marginalização feminina na sociedade iraniana. Os grupos religiosos conservadores, em diversos episódios da história do Irã, foram grandes responsáveis pelas dificuldades de inserção feminina, notoriamente no âmbito político. O que deve ser considerado, no entanto, é o fato de que as leis islâmicas são passíveis de interpretações unilaterais, que condicionam os fiéis muçulmanos a um entendimento convergente com suas convicções pessoais. As fontes de saber islâmico, no decorrer dos séculos, adquiriram um caráter cada vez menos impessoal. Os registros das Tradições e o desaparecimento dos Imames — crença particular da vertente islâmica xiita — permitiram a ampliação dos credos individuais no processo de interpretação e construção das passagens religiosas. Em uma sociedade historicamente construída sobre dinâmicas sociais patriarcais, a concepção das relações de gênero desenvolvida pelos indivíduos não poderia ser diferente.

Embora a fonte suprema de saber do Islamismo, o Alcorão, que compila as passagens recitadas pelo Profeta, reafirme costumes que condicionam as mulheres à marginalização social, sua revelação representou progressos notórios para a conjuntura da época. As mudanças em termos das dinâmicas da vida privada das mulheres deram um salto progressista se comparado à conjuntura das relações de gênero na região do Oriente Médio no período pré-islâmico. O Islamismo, em sua origem, fora menos preocupado com a manutenção das relações de poder entre homens e mulheres do que no decorrer dos séculos, quando o contato com distintas crenças e civilizações e a expansão dos sábios dignos de interpretar as leis islâmicas permitiram maior incidência do contexto social dos indivíduos no estudo do Islã. Cabe aos fieis muçulmanos conceber os avanços instaurados pela revelação do Alcorão como um processo ininterrupto e evolutivo, que acompanha o desenvolvimento da sociedade, ou manter o conservadorismo e pensar nas leis islâmicas como imutáveis.

A presença da percepção conservadora na sociedade iraniana é notória, no entanto, não obstrui o desenvolvimento da concepção moderada e reformista do Islamismo. No decorrer das décadas de desenvolvimento das articulações feministas dentro do Irã, tanto grupos seculares quanto islâmicos desenvolveram suas plataformas de atuação. A crença religiosa das mulheres islâmicas não fora um impeditivo para seu envolvimento com a mobilização feminista e com as reivindicações por melhorias no status político e social feminino. Dentro da concepção religiosa, o feminismo islâmico defende a igualdade de gênero e a ausência de princípios corânicos que determinam o papel dicotômico e desigual dos gêneros. As feministas islâmicas, nesse sentido, não rechaçam suas tradições e crenças religiosas para construir uma pauta de mobilização, o que elucidada, uma vez mais, que o Islamismo, por si só, não é o grande propulsor da marginalização feminina, mas sim a sua interpretação conservadora e intrinsecamente relacionada às concepções de gênero patriarcais.

A implementação de um governo teocrático no Irã não tem sido, portanto, o maior empecilho à inserção política, econômica e social das mulheres, ao contrário, tem oferecido um arcabouço de políticas públicas relativamente eficientes no processo de expansão da participação pública feminina. O caminho para a obtenção da igualdade nas relações de gênero, sem dúvida, ainda é longo, ainda mais se partir de uma perspectiva ocidental. No entanto, para isso, é necessário que a sociedade iraniana passe por uma reforma muito mais estrutural do que a anulação do regime teocrático, como atestam as fontes ocidentais. As verdadeiras raízes desse processo segregacionista estão cultivadas na própria cultura patriarcal da sociedade, e não na gênese do Islã.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

AHMED, Leila. The Discourse of the Veil. In: BRYDON, Diana. (Ed.). **Postcolonialism: critical concepts in literary and cultural studies**. Vol. III. Nova York: Routledge, 2000, p. 1280-1305.

ALCORÃO SAGRADO. Tradução Samir El Hayek. São Paulo: Federação das Associações Muçulmanas do Brasil.

AL-TABATABAÍ, Assayed Mohammad Hussein. **O Xiismo no Islam**. 21 ed. São Paulo: Centro Islâmico do Brasil, 2008.

BADAWY, Jamal A. **Gender Equity in Islam**. World Assembly of Muslim Youth Studies on Islam, s/d.

BINGAMAN, Lyndon G. **Conscripting the State: Military and Society in Iran, 1921-1941**. 2011. 139 p. Dissertação (Mestrado em Artes) – Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park, 2011. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/12022/1/Bingaman_umd_0117N_12601.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRYDON, Diana. (Ed.). **Postcolonialism: critical concepts in literary and cultural studies**. Vol. III. Nova York: Routledge, 2000.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A history of the modern Middle East**. 4. ed. Boulder: Westview Press, 2009.

COSTA, Renato Jose da. **A influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX: o wilayat al-faqih e o pragmatismo dos aiatolás como inviabilizadores na expansão da revolução Iraniana**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10092013-125446/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

DAILY MAIL. **Muslim veil is a symbol of women's oppression, says Jowell**. Out. 2006. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-410622/Muslim-veil-symbol-womens-oppression-says-Jowell.html>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

EL HAJJAMI, Aïcha. “A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade”. **Cadernos Pagu** [online]. 2008, n.30, pp. 107-120. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n30/a09n30.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

HARDING, Sandra. Is There a Feminist Method?. In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism and Methodology**. Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 1-14.

HOODFAR, Homa; SADR, Shadi. **Can women act as agents of a democratization theocracy in Iran?** United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD) e Heinrich Böll Foundation, 2009. Disponível em: <[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/2E975ACA2A81AA54C12576580028735C/\\$file/WebIran.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/2E975ACA2A81AA54C12576580028735C/$file/WebIran.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2014.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments**. World Classification, 31 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311212.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

KATRAK, Ketu H. Decolonizing Culture: Toward a Theory of Post-colonial Women's Texts. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN Helen. **The Post-colonial Studies Reader**. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

KEDDIE, Nikki R. **Women in the Middle East: past and present**. Princeton: Princeton University Press, 2006a.

_____. **Las Raíces del Irán Moderno**. Traduzido por Joan Trejo. Barcelona: Belacqva, 2006b.

_____. Women and 30 Years of the Islamic Republic. In: Middle East Institute. **The Iranian Revolution at 30**. Washington D.C.: The Middle East Institute, 2009, p. 46-48.

KEOHANE, Robert. O. **After hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint. **Millennium - Journal of International Studies**, 1989, 18: 245, p. 245-253. Disponível em: <http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-240-2012-S1_IP/Syllabus/EReadings/05.1/05.1.zFurther_Keohane1989International.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

KHOMEINI, Ruhollah. **The position of women from the viewpoint of Imam Khomeini**, Teerã: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's works, 2001. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/history/rkhomeini/books/women_position_khomeini.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2014.

KRAWIETZ, Birgit; REIFELD, Helmut (Hrsg.). **Islam and the rule of Law: between Sharia and secularization**. Berlim: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2008.

MACKEY, Sandra. **Os iranianos: Pérsia, Islã e a alma de uma nação**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

MAHDI, Ali Akbar. "The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle". **The Muslim World**, vol. 94, Ed. 4, p. 427-448, out. 2004. Disponível em: <<http://go.owu.edu/~aamahdi/Iranian%20Women%20Movement%20A%20Century%20Long%20Struggle.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MANZANO, Irene Rodríguez. Mujer, género y teoría feminista de las Relaciones Internacionales. **Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz 2000**. Madrid: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco/Tecnos, 2001, p. 239-292. Disponível em: <http://www.ehu.es/cursosderechointernacionalvitoria/ponencias/pdf/2000/2000_6.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

MATIN-ASGARI, Afshin. The Pahlavi Era: Iranian Modernity in Global Context. In: DARYAEE, Touraj. **The Oxford Handbook of Iranian History**, 2012, p. 347-64.

MINH'HA, Trinh T. Not you/Like you: Post-Colonial Women and the Interlocking Questions of Identity and Diference. In: BRYDON, D. (Ed.). **Postcolonialism: critical concepts in literary and cultural studies**. Vol. III. Nova York: Routledge, 2000, p. 1210-1215.

MODARES, Mahshid. **Cultural Improvements in Iran During the Qajar Period and the West: late 18 c. until 1906-07 Constitutional Movement**. Iran Chamber Society, 2007. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/culture/articles/cultural_improvements_iran_qajar.php>. Acesso em 20 jul. 2014.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: BRYDON, D. (Ed.). **Postcolonialism: critical concepts in literary and cultural studies**. Vol. III. Nova York: Routledge, 2000, p.1183-1209.

MOINIFAR, Heshmat Sadat. Participation of Women in Iran's Polity. **GEMC Journal**, n.4, mar. 2011, p. 24-35. Disponível em: <http://www.law.tohoku.ac.jp/gcoe/wp-content/uploads/2011/03/gemc_04_cate0_1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014

MORGENTHAU, Hans. El poder político: teoría realista de la política internacional. In: VÁSQUEZ, J. A. **Relaciones Internacionales: el pensamiento de los clásicos**. México D.F.: Editora Limusa, 2002, p. 53-57.

MOTAHARI, Ayyatullah Sheikh Mortedha. **Os Direitos das Mulheres no Islam**. São Paulo: Centro Islâmico do Brasil, 2008.

MUHARRAMI, Ghulam-Husayn. **History of Shi'ism: From the Advent of Islam up to the End of Minor Occultation**. Teerã: ABWA Publishing and Printing Center, 2008.

OBAMA, Barack. Remarks by President Obama to the Turkish Parliament. **The White House**. Turkish Grand National Assembly Complex: Ankara, Turkey, 06 abr. 2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-By-President-Obama-To-The-Turkish-Parliament/>. Acesso em: 26 jul. 2014.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Women's Statistical Status in the Islamic Republic of Iran**, s/d. Disponível em: <http://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/Session7/IR/A_HRC_WG6_7_IRN_1_AN_NEXV_E.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

PAIDAR, Parvin. Gender of Democracy: The Encounter between Feminism and Reformism in Contemporary Iran. **United Nations Research Institute for Social Development. Democracy, Governance and Human Rights**, Programme Paper n. 6, out. 2011. Disponível em: <[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=A9172CAAB13EA61480256B5E00395FFD&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/A9172CAAB13EA61480256B5E00395FFD/\\$file/paidar.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=A9172CAAB13EA61480256B5E00395FFD&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/A9172CAAB13EA61480256B5E00395FFD/$file/paidar.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2014.

POURNIK, Milad. **Civil Society Organizations and Empowerment of Women and Girls in Iran**. Institute for Global and International Studies. The George Washington University, 2013. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~ggi/assets/docs/igis_ggp_igis06_ggp04.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

RIAL, Carmen. Princesas, sufragistas, islâmicas, laicas, onguistas, escritoras - a luta feminista no Irã: entrevista com Azadeh Kian-Thiébaud. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, Jan. - Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a16v16n1.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

ROUDI-FAHIMI, Farzaneh. **Iran's Family Planning Program: Responding to a Nation's Needs.** Population Reference Bureau, 2002. Disponível em: <http://www.prb.org/pdf/iransfamplanprog_eng.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2014.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHIRAZI, Imam Muhammad. **Xiismo e Xiitas.** Londres: Fountain Books, 2009.

SHOJAEI, Seyedeh Nosrat; SAMSU, Ku Hasnita Ku; ASAYESEH, Hossien. "Women in politics: a case study of Iran". **Canadian Center of Science and Education: Journal of Politics and Law**, vol. 3, n. 2, set. 2010, p. 257-268. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jpl/article/view/7209/0>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SMITH, Jane I. Women, Religion and Social Change in Early Islam. In: HADDAD, Yvone Y.; FINDLY, Ellison B (ed.). **Women, Religion and Social Change.** Albany: State University of New York, 1985, p. 19-3.

STEANS, Jill. **Gender and International Relations: issues, debates and future directions.** 2ª edição. Cambridge: Polity Press, 2006.

SULAIMANI, Faryal A. A. **The changing position of women in Arabia under Islam during the early seventh century.** 1986. 177 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - International Studies UNIT, University of Salford, Manchester. 1986. Disponível em: <<http://usir.salford.ac.uk/14814/1/361089.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

TICKNER, Judith Ann. **Gendering World Politics: issues and approaches in the Post-Cold War Era.** Nova York: Columbia University Press, 2001.

_____. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, n. 41, 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/104813832/Ann-Tickner-You-Just-Don-t-Understand>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

VÁSQUEZ, John A. **Relaciones Internacionales: el pensamiento de los clásicos.** México D.F.: Editora Limusa, 2002.

WAEVER, Ole. The rise and fall of inter-paradigm debate. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 149-185.

WEBER, Cynthia. Good Girls, Little Girls, and Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane's Critique of Feminist International Relations. **Millenium - Journal of International Studies**, n. 23, 1994. Disponível em: <http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-240-2012-S1_IP/Syllabus/EReadings/05.1/05.1.zFurther_Weber1994Good.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014).

WILSON, Woodrow. Se debe salvaguardar al mundo en pro de la democracia. In: VÁSQUEZ, J. A. **Relaciones Internacionales: el pensamiento de los clásicos**. México D.F.: Editora Limusa, 2002, p. 31-35.

WHITWORTH, Sandra. Gender in the Inter-Paradigm Debate. *Millennium: Journal of International Studies* 18, no. 2, 1989. In: TICKNER, J. A. **Gendering World Politics: issues and approaches in the Post-Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.